

# III FORUM DO INTERIOR COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em consonância com a sua missão de promover o **Desenvolvimento Local**, a Animar tem vindo continuamente a chamar a atenção da Sociedade, em geral, e dos Dirigentes Políticos, em particular, para as dificuldades que os Territórios Locais de baixa densidade continuam a enfrentar na promoção do seu desenvolvimento. Neste sentido, a Animar, com o propósito de promover a reflexão sobre esta problemática e contribuir para a definição de estratégias de desenvolvimento dos territórios locais, organiza anualmente o evento “Fórum do Interior” que no ano de 2015 teve a sua III edição dedicada à Cooperação e Desenvolvimento Local.

A maioria dos territórios locais localizados no interior continua sujeita a um processo preocupante de desertificação humana que urge inverter. As populações desses territórios, para além de se encontrarem em estado de “rarefacção populacional”, apresentam um acentuado envelhecimento que, associado a esse continuado processo de desertificação humana, põe em causa a sua sustentabilidade. É assim urgente que cada comunidade local obtenha as condições necessárias para delinear e implementar

a sua própria estratégia de Desenvolvimento através da qual possa superar essas dificuldades. Neste sentido, o Estado deve criar instrumentos de política que proporcionem as oportunidades e condições necessárias para que as comunidades locais possam delinear e implementar as suas próprias Estratégias de Desenvolvimento. Para este efeito, considera-se indispensável a formulação e implementação de uma **Lei de Bases do Desenvolvimento Regional e Local** orientada para não só permitir uma melhor gestão do território e seus equipamentos como ainda para servir de quadro legal para a territorialização a nível local das diversas políticas públicas formuladas a nível nacional. Uma Política Pública de Desenvolvimento Regional e Local com esta configuração expressará a vontade dos decisores políticos sobre a importância do Desenvolvimento Local como também servirá de guia para assegurar a necessária convergência dos objectivos estratégicos definidos a nível local e regional com os Objectivos Estratégicos Nacionais. Desta forma será possível construir e promover de forma adequada e harmoniosa o Desenvolvimento Nacional e contribuir para a coesão social e territorial das comunidades e territórios locais.

Nunca é demais enfatizar que construir desenvolvimento, promover a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades locais só é verdadeiramente possível através da concepção e implementação de adequadas Estratégias Locais de Desenvolvimento que, para o efeito, terão de assentar na valorização das características do local, na integração de todos os sectores de actividade e na sustentabilidade e viabilidades social, cultural, ambiental e económica dos territórios locais. Com base neste quadro de princípios e convicções, a Animar tem vindo a chamar a atenção para as consequências nefastas do despovoamento e envelhecimento da população decorrente da falta de oportunidades de trabalho e da diminuta ou ausente oferta de serviços básicos nos territórios de baixa densidade. Esta realidade que se vive em grande parte dos territórios rurais do interior traduzem a degradação social, económica e mesmo cultural a que as comunidades locais podem chegar quando sujeitas a fenómenos de despovoamento e de envelhecimento.

O III Fórum do Interior, co-organizado com a Câmara Municipal de Penacova e com o Grupo de Miro, em sintonia com os seus propósitos e tendo por matriz orientadora os pressupostos e princípios do Desenvolvimento Local, foi ponto de encontro de centenas de pessoas envolvidas nas problemáticas do desenvolvimento local que se debruçaram sobre as realidades vividas nos territórios de baixa

densidade e as formas de contrariar a degradação social e económica a que estão, na sua generalidade, sujeitas. Durante dois intensos dias, decisores políticos, dirigentes e técnicos associativos e demais actores sociais com intervenção a nível dos locais avaliaram e reflectiram sobre múltiplas experiências e realidades de territórios de baixa densidade com o propósito de encontrar caminhos e estratégias para promover a sua viabilidade económica e social. Das diversas problemáticas a que presentemente os territórios de baixa densidade estão sujeitos, os participantes no III Fórum do Interior debruçaram-se, em geral, sobre as políticas e estratégias económicas, sociais e demográficas necessárias para promover o desenvolvimento dos territórios locais localizados no interior. Em particular, estiveram em análise a relevância da participação dos actores sociais locais assim como o papel dos serviços públicos e da Economia Social e Solidária e as medidas de atracção e fixação de jovens na revitalização e desenvolvimento dos territórios de baixa densidade.

A presente edição do *VeZ e Voz* reúne as intervenções dos diversos participantes no III Fórum do Interior permitindo desta forma dar a conhecer a um público mais vasto o conjunto de análises, reflexões e abordagens sobre algumas das problemáticas com que se debatem os territórios de baixa densidade localizados no interior do País. A motivação e empenho da Animar na realização dos Fóruns do Interior assenta na forte convicção de que o Desenvolvimento de um território não poder ser promovido apenas em termos económicos. A economia, sendo componente indispensável, não pode nem deve ser assumida como o aspecto mais importante e muito menos como o único a ser tomado em consideração numa estratégia de Desenvolvimento Local. O fim último de qualquer processo de Desenvolvimento Local é a melhoria das condições de vida e do bem-estar das comunidades locais propósito que só pode ser alcançado com o envolvimento activo dos actores locais na concepção, planeamento, implementação e gestão das estratégias de desenvolvimento dos seus territórios.

O III Fórum do Interior, sob o lema **Cooperação e Desenvolvimento Local**, teve assim o propósito de propor a estudiosos/as, a dirigentes e técnicos/as das organizações da economia social e solidária, a decisoras e decisores políticos a nível local, regional e nacional uma análise e reflexão sobre as problemáticas dos territórios de baixa densidade com o objectivo de apresentar propostas para a sua sustentabilidade e viabilidade económica, social e cultural. Pretendeu-se essencialmente apontar caminhos para a revitalização dos territórios

4 locais do interior promovendo a participação de todos os actores sociais locais nos processos de desenvolvimento local.

O Fórum do Interior é organizado anualmente pela Animar em parceria com entidades que defendem os princípios e pressupostos do Desenvolvimento Local e estão preocupadas com o Desenvolvimento dos territórios de baixa densidade localizados no interior do território Português.

Este III Fórum do Interior foi organizado em cooperação com a Câmara Municipal de Penacova e com o Grupo de Miro.

**Eduardo Figueira**  
*Presidente da Animar*

## VEZ E VOZ

### **Revista da Animar**

Associação Portuguesa  
para o Desenvolvimento  
Local

2016  
Edição Especial

### **Director**

Eduardo Figueira

### **Grafismo, Paginação e Imagem**

António Barata

### **Redacção e Administração**

Centro Comunitário  
Rua Antero de Quental  
Bairro Olival de Fora  
2625-648 VIALONGA

Telef.: 21 952 74 50/1  
Fax: 21 952 60 12  
vezevoz@animar-dl.pt  
animar@animar-dl.pt  
www.facebook.com/  
associacao.animar

ISSN: 1646-852X

### **Impressão**

Tondelgráfica  
Rua Abel Lacerda  
3460-573 TONDELA

Tiragem: 1000 exemplares

Distribuição gratuita

**As opiniões expressas nos  
artigos são da exclusiva  
responsabilidade dos  
autores**

A revista Vez e Voz respeita  
as opções dos autores dos  
textos relativamente ao  
acordo ortográfico da  
língua portuguesa

## COLABORARAM NESTE NÚMERO

---

*ANA PAULA DIAS*

*ANTÓNIO BARATA*

*ANTÓNIO PEDRO DORES*

*CÉLIA LAVADO*

*EDUARDO FIGUEIRA*

*FREDERICO LUCAS*

*LUÍS MORENO*

*LUÍS ROCHA*

*MARCO DOMINGUES*

*OLGA FERNANDES*

*PEDRO HESPANHA*

*SÍLVIA FERREIRA*

## SUMÁRIO 5

### EDITORIAL

#### III FÓRUM DO INTERIOR

1 Cooperação e Desenvolvimento Local

**Eduardo Figueira**

6 O interior do país não está condenado ao retrocesso

**António Barata**

### OFICINAS

#### SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

#### NOS TERRITÓRIOS DO INTERIOR

9 Conclusões

**Olga Fernandes**

13 Projecto "Há Festa no Campo" - um projecto de inspiração

**Marco Domingues**

#### SECTORES ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA NA VIDA

#### DAS POPULAÇÕES DO INTERIOR

17 Conclusões

**Luís Moreno**

#### COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

21 Conclusões

**Luís Rocha**

#### DEMOGRAFIA E MIGRAÇÕES

24 Conclusões

**Célia Lavado**

29 Salvar as Cidades

**Frederico Lucas**

30 Fazer retroceder avançando

**António Pedro Dores**

#### APRESENTAÇÃO DA INICIATIVA PORTUGAL INOVAÇÃO

35 Relato

**Ana Paula Dias**

### CONFERÊNCIA

#### A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

#### PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

38 Comentário

**Sílvia Ferreira**

42 A importância da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento dos Territórios

**Pedro Hespanha**

### CONCLUSÕES

46 Reflexão fértil sobre práticas e estratégias de Cooperação para a Promoção das Economias Locais dos Territórios de Baixa Densidade

**Eduardo Figueira**

# O interior do país não está condenado ao retrocesso



**António Barata,**  
*Animar*

*A terceira edição do Fórum do Interior decorreu nos dias 6 e 7 de Novembro, no centro Cultural de Penacova. À semelhança das anteriores edições, largas dezenas de agentes do desenvolvimento local e rural e da economia social, académicos, autarcas, cooperativistas e outros interessados debateram e trocaram experiências, desta vez em torno da Cooperação e Desenvolvimento Local das regiões deprimidas e de baixa densidade, onde a necessidade da criação de uma Lei de Bases do Desenvolvimento Local encabeça o conjunto de conclusões saídas do III Fórum do Interior.*

“Olhar primeiro para os nossos recursos e transformá-los em valor, é esta a prioridade quando falamos em desenvolvimento local” ao invés de estarmos de olhos postos no investimento externo – com estas palavras do Presidente da CM de Penamacor, Humberto Oliveira, na Sessão de Abertura, estava dado o mote dos trabalhos. Ideia retomada por Joaquim Felício, do CCDR Centro, ao centrar a sua intervenção na importância da “territorialização das políticas públicas” e na cooperação entre o local, o regional e o nacional, tendo por base as NUT’s. As políticas de cada um dos patamares não podem andar ao arrepio de umas das outras. Preocupação que, referiu, informa a estratégia europeia vertida para o Portugal 2020.

#### **COMO SE PODE DESENVOLVER O INTERIOR**

A necessidade de um novo paradigma para as políticas de desenvolvimento foi defendida por Artur Rosa Pires, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro, ao intervir na Conferência Inaugural sobre as “Condições para o Desenvolvimento das Regiões do Interior”, considerando estratégico perspectivar o desenvolvi-

mento das áreas rurais tendo em vista integrá-las nas redes económicas globais, sob pena das regiões deprimidas e de baixa densidade estiolarem. E apontou algumas áreas por onde pode passar essa integração: o desenvolvimento de sistemas de alimentação saudável, dado que os tradicionais são agressivos para o meio ambiente; a revalorização da natureza, explorando as potencialidades do património e do meio ambiente, desenvolvendo e criando actividades várias; tornar mais eficiente o uso que fazemos dos recursos disponíveis, recorrendo mais intensivamente e de forma criadora à reciclagem de, por exemplo, resíduos da vinha, garrafas ou rolhas. Áreas em que as universidades podem desempenhar um papel fundamental se forem capazes de reorientar o seu foco do urbano para rural, que por elas tem sido negligenciado. Artur Rosa Pires alertou ainda para alguns riscos, nomeadamente a perversão do conceito “inovação” por entidades institucionalmente poderosas, voltadas para o urbano e presas a abordagens tradicionais, o que, a acontecer, provocaria uma marginalização ainda maior do rural que a aquela que actualmente existe; o olhar-se para o rural de forma nostálgica e com uma visão caritativa; a dificuldade em abrir as mentes das pessoas apegadas ao que sempre fizeram e que resistem em fazer diferente e a inovar e, por último, o verdadeiro labirinto que são

as práticas de governança nesta matéria.

#### **A CENTRALIDADE DA SOLIDARIEDADE HORIZONTAL**

“A Importância da Economia Solidária para o desenvolvimento dos territórios” foi abordada por Pedro Hespanha, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Começou por considerar que o conceito de Economia Social abriga uma grande diversidade de actividades em que predominam as relações de solidariedade ao invés do lucro. Relações com raízes antigas, que radicam na ajuda rural, no cooperativismo e no mutualismo, no comércio justo, e muitas outras práticas espalhadas pelo mundo. A este propósito referiu a importância dos estudos desenvolvidos pela Animar em 2011/2013 (*Projecto ASAS - Aldeias Sustentáveis e Activas e À Descoberta do Mundo Rural*) sobre a revitalização recente de algumas aldeias – e que, disse, mereciam maior difusão –, que mostram que o elemento decisivo dessa revitalização radica na nas forças dessas comunidades e não nos recursos externos. Esses estudos chamam ainda a atenção para a importância das formas de solidariedade horizontal (alternativa à economia capitalista) face à solidariedade vertical (institucional, religiosa, filantrópica,...), por ser uma “solidariedade entre iguais”.

Da mais de uma dezena de debates e oficinas realizadas resultou um conjunto de conclusões sintetizadas na Sessão de Encerramento por Eduardo Figueira, Presidente da Animar. Considerou que este III Fórum cumpriu os seus objetivos, não obstante as dificuldades que enfrentam as organizações da Economia Social, e que estas mostraram a sua vitalidade e resiliência. E destacou em jeito de conclusão: a necessidade de se criar uma Lei de Bases do Desenvolvimento Local; que aquilo que está em curso não é um “regresso ao campo”, mas sim uma transição para um novo rural; que os fluxos migratórios a que assistimos podem propiciar vantagens; que a Economia Social é essencial ao desenvolvimento local e as suas organizações uma mais-valia para esse mesmo desenvolvimento; que é necessário e possível travar a sangria dos territórios do interior, bastando para isso que haja articulação estratégia entre o local e o nacional e a necessária vontade política; que, nesta perspectiva, o Programa Portugal 2020 constitui uma ferramenta facilitadora do papel das organizações da Economia Solidária como agentes capazes de contrariar os factores que levam ao aparecimento das regiões deprimidas, por possibilitar uma intervenção não caritativa; que é possível promover o desenvolvimento e a

qualidade de vida nos territórios deprimidos e de baixa densidade desde que se adoptem as políticas adequadas, sendo o Portugal 2020 um instrumento adequado.

Realizaram-se ainda as oficinas *Sustentabilidade e Desenvolvimento nos Territórios do interior; Sectores Estratégicos da Economia na Vida das Populações do Interior; Cooperação Internacional e Desenvolvimento dos Territórios; Demografia e Migrações*, e apresentada a iniciativa Portugal Inovação Social e o respectivo programa de financiamento.

Na noite de sexta-feira os presentes puderam ainda assistir à excelente prestação do Grupo Coral Divo Canto, de Penacova.

## Conclusões



### Olga Fernandes, *Animar*

A oficina iniciou-se com a apresentação, por parte de Liliana Simões, presidente da ADSCCL - Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares, da Lousã, do projeto **Microninho - Incubadora Social**. A apresentação teve como base o tema *“Microempreendedorismo Inclusivo para o Desenvolvimento Local Sustentável”*.

A ADSCCL é uma associação criada em 2001 que, em 2009, reiniciou a sua atividade depois de dois anos de inatividade. Em 2013 foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social, com estatuto de Utilidade Pública. Tem como missão contribuir para o desenvolvimento local sustentável da comunidade através de uma intervenção social ancorada nas lógicas do empreendedorismo social. Desenvolve projetos diversos dirigidos a pessoas em situação de exclusão social e respetivas famílias. Um deles, o Microninho - Incubadora Social, é um projeto de empreendedorismo social inovador, único no país, assente em princípios de inovação, governança, desenvolvimento local sustentável (económico, social, ambiental, político, cultural, aprendizagem ao longo da vida) e inclusão social.

A incubadora social é uma ferra-

---

Participantes:

**Microninho – Incubadora Social** - Liliana Simões, ADSCCL  
**Há Festa no Campo** – Marco Domingues, EcoGerminar  
**Tondela +10** – Miguel Torres, ACERT

Animador:

Rui da Eufrázia, Presidente do GAF – Grupo Aprender em Festa

Relatora:

Olga Fernandes

---

menta/estratégia de combate ao desemprego e à exclusão social, baseado num modelo construído não apenas para a comunidade, mas com a comunidade. Possui um espaço físico de apoio à criação de micro e nanonegócios ou empresas (sala de formação, espaços de incubação, gabi-

netes de atendimento e salas de reuniões), dispõe de serviços e de uma equipa multidisciplinar de apoio ao agregado familiar empreendedor e à criação de micronegócio ou empresa.

Este é um projeto implementado após realização de um diagnóstico local, assente em necessidades específicas do local (Lousã), nomeadamente:

- Necessidade de combate ao desemprego;
- Insuficiência das respostas existentes;
- População desempregada ou beneficiária de prestações sociais com fatores de exclusão do mercado de trabalho;
- Existência de nichos de mercado e potencial local para o empreendedorismo.

O Microninho - Incubadora Social, que passou a fase de teste entre 2012 e 2013, foi um dos projetos vencedores do Programa EDP



Solidária 2013 e foi reconhecida como iniciativa de alto potencial de empreendedorismo social (Es+) por parte do IES.

O público-alvo do projeto são potenciais microempreendedores e respetivos agregados familiares em situação de risco ou de efetiva de vulnerabilidade social. Os apoios prestados traduzem-se na análise de candidaturas e diagnóstico psicossocial, formação específica em empreendedorismo, apoio psicossocial ao agregado familiar, apoio à conceção do plano de negócios, apoio ao teste do negócio, apoio à formalização e incubação e apoio à autonomização.

No que diz respeito às áreas de negócio dos projetos apresentados é de salientar a sua diversidade: agricultura e silvicultura, pequeno comércio, produtos artesanais ou típicos, artes e espetáculo, *marketing*, serviços pessoais, entre outros.

Em termos de resultados quanti-

ficados registam-se mais de 150 pedidos de informação, 60 candidaturas recebidas, 45 avaliações de empreendedores efetuadas, 45 empreendedores selecionados, 36 candidatos que usufruíram de formação e 32 projetos em incubação.

Liliana Simões mostrou disponibilidade para transpor/replicar o projeto noutros territórios para que este possa beneficiar outras pessoas. E terminou citando Peter Drucker – *“A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo”*. *“O Futuro é já Amanhã! Aqui, já Começamos a mudar o mundo!”*, concluiu.

Miguel Torres apresentou o **Tondela +10 - Projeto de [Des]Envolvimento para o Concelho de Tondela**, desenvolvido pela ACERT - Associação Cultural e Recreativa de Tondela. A ACERT foi formada em 1979, atuando numa lógica pluridisciplinar, pen-

## OFICINA Sustentabilidade e Desenvolvimento nos Territórios do Interior

sando a sua ação numa lógica territorial e regional.

O projeto Tondela +10 pretende ser diferenciador, assentando na procura de novas formas de dinamização dos espaços, criando novas dinâmicas ou renovando antigas, baseado numa metodologia (plataforma) de trabalho colaborativo.

O principal desafio do projeto é consolidar ao longo do processo uma visão abrangente do território, partilhada pelos seus agentes (públicos, privados, coletivos e individuais). A partir da identificação das oportunidades e ameaças do território desenvolve-se a capacidade de mobilização e de desenho do próprio futuro.

Trata-se de um projeto de três anos que pretende mobilizar, no mínimo, 10 jovens recém-licenciados. Cada um deles deverá apresentar um projeto específico, desenhado a partir das áreas de interesse inicialmente identifica-

das. Esses projetos são, no decurso da sua implementação, pensados para que no final de um ano de trabalho possam constituir uma “ideia de negócio” pronta a implementar. Uma das principais mais valias deste projeto é a possibilidade de trabalhar o território como um todo, a partir de cada projeto individual.

Cada elemento da equipa desenvolve o seu projeto de trabalho recorrendo aos diferentes apoios que o projeto faculta: tutoria, acompanhamento técnico, enquadramento em empresas, etc. Mas também com a contribuição dos restantes elementos da equipa que, no seu todo, têm um enorme conhecimento em áreas diferenciadas e complementares. É assim, muito valorizada a incorporação dos contributos de todos os elementos.

Além do trabalho descrito acima, o grupo é responsável, em conjunto, por alguns projetos comuns. Estes

são transversais ao grupo e contam para o seu desenvolvimento com os contributos de todos.

Enquanto elos de ligação entre os projetos em desenvolvimento estão as seguintes componentes: Centro de Estudos; Rede de produção e comercialização de produtos locais; Plano de Formação e *Clusters* Locais.

O projeto Tondela +10 direciona-se a desempregados inscritos nos serviços de emprego que se encontrem em condições de aceder às medidas de estágio do IIEFP, preferencialmente os que tenham obtido um grau académico e sejam capazes de propor iniciativas inovadoras, dinâmicas, estruturadas e sustentáveis.

As áreas de trabalho previstas inicialmente eram muito diversas, passando pela biologia e ambiente, turismo, saúde e bem estar, cultura e indústrias criativas, entre outras. Entretanto, o projeto integrou jovens que se encontram a

desenvolver outras áreas não previstas inicialmente mas que vêm enriquecer o território, tais como: produção de ervas aromáticas, apoio psicológico, criação de sistemas de mobilidade,



criação de percursos pedestres e ciclo vias, entre outros.

Miguel Torres terminou a sua apresentação referindo que este é um projeto evolucionário baseado na aprendizagem, partindo da memória coletiva e inscrito no “espaço da impossibilidade da desistência”.

Marco Domingues apresentou o projeto **Há Festa no Campo!**, desenvolvido pela Associação EcoGerminar, uma entidade sem fins lucrativos constituída em Castelo Branco no ano de 2006. Tem como missão “*gerar valor sustentável do local para o global*”.

A EcoGerminar promove iniciativas em parceria de modo a promover uma economia solidária e o desenvolvimento local através da capacitação das comunidades. O projeto Há Festa no Campo! é exemplo desse princípio de intervenção, pois trata-se de uma iniciativa de desenvolvimento local através da arte e da cultura, apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do Programa PARTIS. A sua ação baseia-se, segundo Marco Domingues, em dois pressupostos de base: que todos os espaços da aldeia conservam um potencial ao dispôr da comunidade; acreditar que tudo é possível de concretizar.

Com este projeto pretende-se encontrar formas de dinamização cultural e social para a União das Freguesias do Freixial e Juncal do Campo em conjunto com a população e as associações locais, va-

lorizando o património imaterial e cultural das aldeias como oportunidade de afirmação.

A este projeto estão associadas as Assembleias Comunitárias, momentos de identificação de oportunidades e necessidades locais, assim como de partilha de ideias e saberes. As oficinas de formação são atividades do projeto onde se preparam e organizam iniciativas locais com a população. A componente Festa é o momento de apresentação pública dos eventos – exposições de pintura, fotografia, teatro, vídeos, música, dança, poesia, entre outros, sempre relacionados com as tradições, memórias e festividades locais.

Durante a vigência do projeto (três anos) são recolhidas imagens, testemunhos e momentos para a organização de um documentário que se espera ser impulsor do desenvolvimento do projeto em outras aldeias.

Este projeto integra também a iniciativa Aldeias Artísticas, que tem como objetivo levar a arte urbana ao mundo rural. O local acolhe criadores de várias disciplinas artísticas (arte urbana, ilustração, *design* gráfico, fotografia, artes performativas...) em residência nas aldeias, sendo que as obras produzidas nascem do contacto direto entre os artistas e o contexto envolvente, criando uma identidade local singular. O **Festival das Aldeias Artísticas** é o momento de celebração de todo o trabalho desenvolvido pelo pro-

jeto e mais do que uma exposição ao ar livre é também uma oportunidade para as pessoas tomarem um contato próximo com a iniciativa e todas as suas atividades.

Esta foi, sobretudo, uma oficina de reflexão acerca das oportunidades e potencialidades que os territórios possuem. Apresentaram-se projetos que constroem futuros nos territórios rurais. De acordo com Rui da Eufrázia, Presidente do GAF - Grupo Aprender em Festa, vivermos uma mudança de paradigma no que diz respeito à perspetiva do desenvolvimento local, pois desenvolvem-se iniciativas focadas nas pessoas, considerando-as o maior recurso dos territórios.

A partir das experiências apresentadas verifica-se que existem e se implementam ideias incríveis e que, conforme referiu Artur da Rosa Pires, Professor Catedrático na Universidade de Aveiro, na *Conferência Inaugural Condições para o Desenvolvimento das Regiões do Interior*, verifica-se um novo rural cheio de dinâmica e inovação.

# Projecto *Há Festa no Campo* – um projecto de inspiração

**Marco Domingues,**  
*EcoGerminar*

*Este artigo resulta da adaptação do trabalho apresentado por Marco Domingues na defesa da Prova de Especialista em serviço social, na Escola Superior de Educação de Castelo Branco no ano de 2016.*

O projeto **Há Festa no Campo**, é uma iniciativa de intervenção comunitária, financiada a três anos (2014 a 2016) pelo Programa PARTIS - Práticas Artísticas para a Inclusão Social do Programa de Desenvolvimento Humano da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo como entidade coordenadora a EcoGerminar - Associação de Desenvolvimento do Interior, de Promoção do Comércio Solidário e Sustentável, do Ecoturismo e de Combate à Desertificação Rural, em parceria com a Associação Terceira Pessoa, a ETEPA - Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense e a União das Freguesias do Freixial e Juncal do Campo.

## CONHECER “O ONDE”

O âmbito de atuação do projeto *Há Festa no Campo*, localiza-se no concelho de Castelo Branco, na União das Freguesias do Freixial e Juncal do Campo. Este pequeno território, com pouco mais de 40 km<sup>2</sup> é constituído por 4 aldeias: Juncal do Campo, Freixial do Campo, Barbaído e Chão da Vã. Esta última, com uma pequeno lugar anexo designado de Camões. Este território tem pouco mais de 800 habitantes e é marcado, à semelhança de outros territórios rurais, por uma elevada taxa de envelhecimento populacional e baixa densidade. Foram identificados enquanto principais problemas do território, o isolamento no acesso aos serviços públicos, o encerramento das escolas, a fraca rede



de transportes, e a impossibilidade de construção de novas habitações, afastando assim a atração e manutenção de novos casais. Por outro lado, identificou-se neste território um potencial de desenvolvimento alavancado na mobilização e participação da comunidade, nomeadamente pela valorização da produção agrícola (ex.: azeite, mel...), do património e o turismo de experiência associado ao território.

### SABER O PORQUÊ

As aldeias são espaços de diversidade e de oportunidade de mudança social no atual contexto socioeconómico. No entanto, nas últimas décadas, as povoações aldeãs viram a migração das suas populações para os grandes centros urbanos e outros países europeus ser acompanhada de uma crescente desvalorização dos territórios rurais e da sua identidade cultural rural, associada por exemplo à dureza de vida, o que levou ao declínio da agricultura familiar dado o afastamento dos mais jovens. No entanto, novos movimentos sociais em contextos urbanos e rurais com uma forte capacidade de resiliência surgem com o objetivo de revitalizar a agricultura familiar e com preocupações associadas ao seu positivo impacto social e ambiental.

#### 1. PORQUE SIM!

Potenciar as oportunidades é um trabalho de convicção positiva e de alavancagem de intervenções comunitárias. Tendo os mais tradicionais dos diagnósticos um enfoque muito grande nos problemas e constan-

gimentos, no *Há Festa no Campo* pretendeu-se a potencialização das oportunidades identificadas através de um trabalho diagnóstico inicialmente realizada com entrevistas porta a porta junto da população e, posteriormente, em reuniões com os “líderes” locais e o poder local. Mas também na pesquisa de novas tendências de desenvolvimento<sup>1</sup>, das quais identificamos:

Atração de população jovem associada a modelos sustentáveis de vida (produção e consumo local, novos movimentos por ex.: “novos povoadores”<sup>2</sup>);

Espaços de educação alternativa (baseada nos valores da comunidade e de sustentabilidade);

Espaços de criação e inovação artística e cultural - Residências de Artistas;

Mobilização da sociedade civil para processos mais participativos, associados ao desenvolvimento local e comunitário, capazes de gerar uma nova economia partilhada;

Valorização do *know how* das comunidades como processos de revitalização territorial;

Atração de residentes oriundos dos países nórdicos, do centro da Europa e refugiados;

Aumento da soberania e sustentabilidade reduzindo a dependência do consumo no mercado tradicional (ex.: criação de moedas locais, circuitos curtos de produção e comercialização);

Espaços públicos disponíveis para investimento social (ex.: escolas, Casas do Povo encerradas);

Espaços promotores do empreendedorismo e inovação social:

- Novas tendências do turismo (turismo social e de experiências);

- Nas residências e encontros de artistas;

- Na produção agrícola sustentável;

- Na criação de serviços privados de proximidade em substituição dos públicos;

- Na apresentação de novos modelos de educação;

- Na criação de mercados locais com base em produtos, serviços e competências;

- No trabalho à distância de um “clique” (ex.: *web designer*);

- Na gestão de uma aldeia como espaço hoteleiro.

### PRESSUPOSTOS DE ATUAÇÃO

Acreditar na mudança é fortalecer oportunidades de revitalização das aldeias; questionar o modelo atual de desenvolvimento é contribuir para a sua reformulação.

1. TUDO O QUE SE FAZ NUM CENTRO URBANO PODE TAMBÉM SER REALIZADO NUMA ALDEIA

As aldeias têm espaços disponíveis por rentabilizar, rendas baixas, condições de alojamento, população

1) *Visitas a outros territórios, participação em fóruns e pesquisas online*

2) *Iniciativa de apoio ao repovoamento, para saber mais consultar <http://www.novospovoadores.pt/>*

## OFICINA Sustentabilidade e Desenvolvimento nos Territórios do Interior



Assembleia Comunitária

ávida de envolvimento em novas dinâmicas. Acreditamos que é possível gerir empresas e escolas, criar pequenas estruturas comerciais e turísticas, realizar eventos, criar jardins e parques infantis.

### 2. TUDO O QUE ESTÁ SEM UTILIZAÇÃO É ESPAÇO DE OPORTUNIDADE

Nas aldeias é comum a existência de espaços públicos disponíveis (ex.: escolas do Estado Novo e Casas do Povo) que, após um investimento público por vezes significativo, se encontram sem projetos inovadores e por vezes de acesso restrito. Esses equipamentos podem ser colocados no “mercado das ideias empreendedoras e transformadoras” e serem explorados como espaços de desenvolvimento comunitário e de oportunidade para jovens e potenciais empreendedores.

### 3. AS ALDEIAS PODEM SER GLOBAIS E HARMONIZAR AS CIDADES

Alguns dos problemas sociais e ambientais dos centros urbanos podem ser atenuados com a criação de estratégias concertadas que procurem resolver os problemas das cidades procurando soluções nas aldeias. Fará sentido um modelo de desenvolvimento global onde as aldeias estão despovoadas e, em simultâneo, migrações mundiais (associadas a conflitos armados e à fome) provocam novas redes de tráfico humano e o desespero de comunidades na procura de suprirem necessidades básicas, como a segurança e a alimentação?

### INSPIRANDO A MUDANÇA... PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A inspiração é a capacidade de persuadirmos e mobilizarmos a comunidade local, os agentes sociais e políticos e os parceiros a contribuírem para a sustentabilidade e continuidade do modelo de intervenção social proposto e em desenvolvimento.

#### 1. A INSPIRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A educação intergeracional e informal surge como uma prioridade da estratégia de desenvolvimento local do Há Festa no Campo. A educação realiza-se pela partilha de saberes e competências entre os diferentes perfis e tipos de envolvimento no projeto. As assembleias comunitárias são os espaços que se encaram como

fundamentais para um processo de educação com base na partilha de experiência e reflexão entre os participantes, permitindo a identificação de oportunidades de desenvolvimento local.

#### 2. A INSPIRAÇÃO DA REVITALIZAÇÃO ECONÓMICA ASSOCIADA À SOCIAL

A valorização das competências reflete-se na comercialização e consequente aquisição de produtos localmente produzidos. Promover um mercado local de comercialização dos produtos e apoiar a revitalização da microeconomia associada às iniciativas individuais e às empresas locais – cafés, mercearias –, associando-o à dinâmica de transformação social, é entendida como fundamental.

#### 3. A INSPIRAÇÃO DA ARTE E DA CULTURA

A arte e a cultura são oportunidades de projeção exterior das aldeias com um enorme potencial de criação artística para os artistas que nela participam. Desde a fotografia ao mural, da música de rua às atuações em igrejas, a organização de eventos culturais e artísticos de fusão entre o urbano e o rural, apresentam-se como inspiração para a mudança de atitudes e mentalidades promotoras de uma visão sustentável sobre as aldeias e suas comunidades.

#### 4. A INSPIRAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ATITUDE POSITIVA

A participação e capacitação da comunidade passa por se acreditar



Há Festa no Campo - Intervenção de Arte Urbana

nas competências e capacidades da comunidade local. A atitude positiva e construtiva perante os constrangimentos é uma inspiração para toda a comunidade. O sentido de *focus* no envolvimento dos diferentes participantes e a capacidade de mobilização da comunidade é um desafio que passa por uma forte aprendizagem comunitária.

#### RESULTADOS E EFEITOS COLATERAIS

O trabalho realizado neste projeto tem um impacto sustentado na comunidade – reforçaram e criaram-se novas relações entre agentes locais, que deste modo estão mais capazes para reagir coletivamente às adversidades mas também às oportunidades. Há um sentimento sobre a necessidade de reação coletiva mas também da importância da rede entre agentes. Este impacto é ainda mais notório na visão de futuro/sustentabilidade que a comu-

nidade adquiriu com os desafios desenvolvidos, resultando na valorização dos produtos locais através da sua comercialização (mercadinho do camponês e azeite *Há Festa no Campo*); na atração de visitantes à aldeia; na criação de um festival que acolheu vários artistas (aldeias artísticas, e que é agora uma iniciativa procurada por outros territórios) e deixou obras artísticas que dificilmente serão esquecidas por todos os que nelas habitam; no jornal das aldeias, que levou o património e as tradições locais ao mundo e impulsionou a criação de jornais em aldeias vizinhas; no documentário que inspira outros agentes de desenvolvimento; nos inúmeros trabalhos académicos produzidos e, por fim, o reconhecimento dos pares sobre a prática, segundo os princípios da participação e inovação da “assembleia comunitária”, no âmbito da agência de Inovação Social animar.com ([www.agencianimar.com](http://www.agencianimar.com)).

## Conclusões

**Luís Moreno,**  
Universidade de Lisboa  
- Centro de Estudos  
Geográficos  
(CEG)/IGOT

No primeiro contributo para o painel, Fernando Gaspar fez uma apresentação sobre o papel do *Centro de Formação Profissional do Artesanato* (CEARTE – [www.cearte.pt/](http://www.cearte.pt/)), desde as suas origens (em 1986) talhado para a valorização dos saberes tradicionais (conjugando tradição e modernidade), a favor da economia local. Esse desígnio realiza-se através da formação profissional e

da certificação de competências, em particular dos artesãos, apoiando a inovação e a qualificação no domínio das artes e ofícios. Desta forma promove-se a credibilização social/valorização simbólica e a empregabilidade, com recurso a processos de formação e aprendizagem, envolvendo diferentes formas de cooperação, diversas parcerias e a “apropriação em rede dos recursos e competências”.



Participantes:

**Artesanato: um recurso para a economia local** - Fernando Gaspar, CEARTE

**Rede Colaborativa do Mondego** - José João Rodrigues, Casa do Sal

**O contributo da Economia Social para a criação de emprego local** - Vítor Nogueira,  
GSSDCR de Miro

**Estratégias Concertadas de Intervenção nos Territórios do Interior** - Alexandre Ferraz,  
Raia Histórica

Animadora:

Regina Lopes, Federação Minha Terra

Relator:

Luís Moreno, Universidade de Lisboa - Centro de Estudos Geográficos (CEG)/IGOT

A influência nacional do CEARTE tem sido traduzida, por exemplo, em 80 locais de formação em todo o país, mediante acordos de cooperação, e mais de 4000 formandos em cada um dos últimos anos, sendo um fator de empregabilidade e de real criação de emprego, em diferentes fileiras da economia, em várias situações promovendo a diversificação das fontes de rendimento. Entre os instrumentos para a garantia da qualidade, refiram-se o Registo Nacional do Artesanato (cerca de 180 atividades registadas) e o Estatuto do Artesão, desde 2002, tendo dado lugar ao registo formal de 2100 entidades dedicadas ao artesanato. Também a criação em junho de 2015 do Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais Tradicionais (SNQCPAT) e a recomendação no Parlamento Europeu (outubro de 2015) de que se estenda aos produtos artesanais tradicionais não alimentares um enquadramento normativo valorizador como o já existente para os alimentares, protegendo as Indicações Geográficas (IG), veio no mesmo sentido.

Na segunda intervenção, José João Rodrigues fez a apresentação da *Rede Colaborativa do Mondego* (RCM), dedicada aos ‘nanoprodutores’, responsáveis por microproduções de “produtos do Mondego”



CEARTE - Oficina de Olaria



Apresentação da Rede Colaborativa do Mondego

de qualidade, em vários casos associados a pequenos e médios produtores. Antes de ser rede, a RCM começou por ser uma ‘parceria colaborativa’, desenvolvendo-se depois a abrangência do projeto com a assinatura de protocolos, envolvendo formas articuladas de produção, promoção e comercialização (incluindo mutualismo no trabalho, quanto à venda). Foram dados exemplos de “produtos do Mondego” (com o apoio de parceiros presentes na sessão), que são divulgados como produtos turísticos, promovendo-se a sua venda e consumo de modo contextualizado, ou seja, no terri-

tório. Assim, alguma animação turística é feita em torno do que é produzido. Um dos exemplos apresentados aludia aos antigos Barqueiros do Mondego, que levavam o sal da Figueira da Foz para Coimbra, inspirando os atuais ‘pratos do barqueiro’. A aposta na confeção esmerada com seletas produções locais/da região veio a sugerir a designação de produtos ‘rurmet’, com um requinte construído pela combinação harmoniosa de tradição de base rural e inovação, e sem deixar de procurar responder às atuais exigências de comida saudável. Em vários casos consegue-se a exibição dos produtos

## Intervenção do GSSDCR de Miro



## OFICINA SECTORES ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA NA VIDA DAS POPULAÇÕES DO INTERIOR

Juventude, e das seções autónomas de Escoteiros, Rancho Típico, Caça e Pesca, Cooperativa Agrícola, Desportos Radicais, Transportes de Passageiros Lda), nos domínios de uma ‘economia plural’ diferentes projetos correspondem a duas estratégias: a) captação de recursos; b) retenção de recursos. Esta última orienta-se para fazer circular o dinheiro localmente, procurando maximizar o consumo de base local e reduzir a dependência do exterior. Mas a conjugação de ambas faz-se em grande parte no âmbito do “departamento de Projectos e Desenvolvimento”, que dinamiza um projeto de Desenvolvimento Rural, bem como o “Portugal Tradicional” –

## Intervenção da Raia Histórica



em congressos e outros eventos científicos e técnicos. Outra das opções de *marketing* passou pela criação de uma aplicação para ‘smartphones’, em quatro línguas europeias – com o nome do projeto em que se integra, designado por “Portugal Tradicional” ([www.portugaltradicional.com.pt/](http://www.portugaltradicional.com.pt/)) – envolvendo a georreferenciação dos produtores e com um alcance internacional diverso, com particular incidência no domínio do autocaravanismo, em que o turista/visitante revela grande mobilidade.

A terceira apresentação no painel foi realizada por Vítor Nogueira, em representação do *Grupo de Soli-*

*dariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro* (GSSDCRM, no município de Penacova – [www.gssdcrmiro.pt/](http://www.gssdcrmiro.pt/)), centrada na Economia Social como criadora de emprego local. Tendo o GSSDCRM o estatuto de IPSS, centra grande parte da sua atividade no seu “Complexo Social”, que é na verdade um “complexo ativo local” integrador e promotor de dinâmicas de desenvolvimento local. Se na dimensão do ‘social’ compreende lar de idosos, Centro de Dia, apoio domiciliário, creche e apoio aos cuidados de saúde (além de um certo ‘social’ das seções de Desporto e

acima referido – e a loja “Produtos da Nossa Aldeia”. Podemos dizer que o GSSDCRM aproveita as vantagens da integração horizontal de atividades, e até de alguma integração vertical, procurando uma eficiência sistémica de base territorial que retenha e crie emprego, numa perspectiva de sustentabilidade, apesar das dificuldades inerentes às tendências pesadas de configuração da economia hegemónica e da estruturação territorial que lhe corresponde.

O quarto contributo para o painel foi assegurado por Alexandre Ferraz, da *Raia Histórica* (RH, Associação

de Desenvolvimento do Nordeste da Beira – <http://raiahistorica.org/>), organização dedicada ao desenvolvimento rural/territorial em áreas de baixa densidade da Beira Interior, além de outros espaços (fora de Portugal), estando inscrita como ONGD. Com o tema “Estratégias Concertadas de Intervenção nos Territórios do Interior”, foi feita uma caracterização prévia da área de atuação da RH (concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel e Trancoso), onde se registou uma perda de 7000 habitantes em dez anos, simbolicamente correspondente ao “desaparecimento de uma aldeia de 700 habitantes por ano”. Este é o contexto do desafio colocado à RH no âmbito do Grupo de Ação Local (GAL) “Castelos do Côa” e da liderança da parceria consubstanciada na estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) para o território de ‘emblema Castelos do Côa’ no âmbito dos objetivos do ‘Portugal 2020’, que tem de fazer face a dificuldades de natureza diversa, incluindo as de uma governança criativa que potencie da melhor forma a resiliência e a sustentabilidade territorial.

Foi a este propósito que Regina Lopes entreviui, lembrando o atual desvirtuamento de uma filosofia inicial de mobilização do potencial criativo, própria das metodologias integradoras de valorização dos territórios inerentes aos princípios do Programa LEADER, e que apostava numa su-

perior participação/liderança de responsáveis da iniciativa privada para a gestão da ‘coisa pública’. Considerou que o sistema público, que na Europa em geral, e em Portugal de modo acentuado, mantém uma grande força conservadora, dispõe de pouco espaço de manobra para favorecer as dinâmicas de competitividade que estão na base da dimensão económica (plural) da sustentabilidade. Ou seja, a atual formatação do acesso aos fundos públicos privilegia os poderes tradicionais, de base autárquica, eles próprios insatisfeitos com as dotações para a satisfação das necessidades societárias locais, interpretadas do modo prevalecente – dominando o cunho assistencial para pessoas e organizações/empresas – em detrimento do estímulo à inovação com bases alternativas e de valorização do capital social a diferentes níveis/escalas.

Uma conclusão mais geral sobre os contributos para este painel permite-nos salientar alguns pontos que nos sugerem como só se podem tornar estratégicos – para as pessoas individuais e coletivas das/nas áreas do interior, essencialmente de baixa densidade – os domínios da economia que revelam a sua efetiva natureza plural, isto é, a economia que compatibiliza, articulando, o público e o privado, o rural e o urbano/campocidade, o social/solidário e o mercado, o tradicional e o moderno/pós-moderno, o setorial e o territorial, o produtivo, o ambiental e o relacional, etc.

Em todos os domínios parece sobressair a importância da qualificação que leva à preservação (qualificada) dos saberes, da certificação indutora da qualificação e da visibilidade das iniciativas, do estímulo à criação e aproveitamento de nichos de mercado, ligando pessoas e territórios, em parcerias, redes e domínios de interação e complementaridade, entre produtores, entre prestadores de serviços (incluindo mediadores), entre consumidores e, naturalmente, entre uns e outros. Tratam-se de condições para a promoção da visão estratégica do ‘tradicional com referência geográfica/territorial’, isto é com identidade, mas sem prescindir da inovação no produto e no processo – conjugando tradição e inovação, com frequente recurso às novas tecnologias –, com transferência para a acreditação que se desenvolve com o capital simbólico.

Para viabilizar este processo, está implicada uma certa governança, nos processos de acreditação, certificação e valorização, incluindo a gestão da promoção e capitalização da visibilidade, que passa pela filiação e dinâmica organizativa/associativa dos atores, tanto institucionais como da sociedade civil, que traduzem diferentes tipos de saberes. As dimensões de *marketing* de produto e de fileira, de modo integrado com o *marketing* territorial, dependem dessa governança para a inserção e inclusão, de pessoas, economias e lugares/territórios, em função de uma continuada e integradora inovação socioterritorial.

## Conclusões

**Luís Rocha,**  
*Diretor do CEARTE*

A cooperação, inter-regional, transfronteiriça e internacional é hoje assumida como um fator de enriquecimento para as organizações, para as pessoas e para os territórios.

A experiência e os resultados do trabalho apresentados pela Associação transfronteiriça a Raia/La Raya mostram que:

1. A cooperação transfronteiriça é importante para desenvolver os territórios (que têm características

económicas, sociais e demográficas comuns), mobilizando os agentes locais e os poderes públicos transfronteiriços para o desenvolvimento de projetos com vista à melhoria da qualidade de vida das populações (de que são exemplos os eventos e atividades de divulgação e promoção das atividades económicas como a Feira Raiana e a produção de estudos sectoriais transfronteiriços como o importante e muito útil *Manual /Guia*



Participantes:

**A importância da Cooperação Transfronteiriça Regional** - Pilar Solano, Associação A Raia/La Raia

**Políticas de Cooperação e Desenvolvimento: Desafios e Oportunidades** - Pedro Cruz, Plataforma de ONGD

**O contributo das políticas públicas para a Cooperação Internacional nos territórios do interior** - Conselho Intermunicipal da CIM Dão-Lafões

Animadora:

David Machado, Rota do Guadiana

Relator:

Luís Rocha - CEARTE

*para as relações comerciais hispano-lusas* (facilitador do aparecimento de iniciativas empresarias Hispano-lusas)

2. Tem ainda a grande vantagem da proximidade física facilitando desde logo o alargamento dos mercados de proximidade, mas também o aumento da capacidade de oferta de serviços e bens.

Da atuação da Associação A Raia/La Raya, de cooperação transfronteiriça em território raiano, destacam-se três aspetos que devem ser replicados noutros projetos:

1. A evolução ao nível da organização e da gestão – com um modelo de cooperação que assenta não só nas autarquias e nos poderes públicos mas também, e cada vez mais, nas associações de desenvolvimento e outros atores locais dos territórios;
2. A importância que as pessoas nos seus territórios vejam e sintam a materialização dos resultados da cooperação;
3. A necessidade de reforçar elos de ligação efetivos para poder construir uma rede de organismos de cooperação transfronteiriça – contribuindo para o desenvolvimento de um novo modelo de cooperação onde todos nos sintamos envolvidos e participativos.

A Oficina discutiu também, no tema *Políticas de Cooperação e Desenvolvimento*, a oportunidade da nova Agenda Global para o Desenvolvimento, realçando a sua dupla dimensão:

- *Da Universalidade* – tornar a noção de desenvolvimento sustentável cada vez mais global, (não só para os países em desenvolvimento mas também para os países ditos desenvolvidos) e construir o desenvolvimento numa lógica que deve partir do local para chegar ao global;

- *Da participação de todos os atores* (temos agora a oportunidade de aprofundamento da participação, da cidadania e da governança local e envolvimento de todos os atores em meio local) – Importância de criar uma rede em que cada organização local, com o que já faz e a sua ação, coopere e participe. As comunidades têm que ser capazes de assumir o seu próprio desenvolvimento.

O trabalho em parceria é absolutamente fulcral – verifica-se que as ONGD estão a trabalhar muito individualmente e de forma isolada. Se queremos que estas agendas e estes objetivos tenham sucesso tem que se reforçar o trabalho de promoção de parcerias porque os recursos (financeiros e humanos) são cada

vez mais escassos. O compromisso com a Agenda tem que ser da parte dos atores e não só dos decisores. Sublinha-se que através da cooperação temos tido um conjunto de experiências concretas e de iniciativas que deram respostas importantes e significativas às necessidades das populações, e que, em contexto de crise como a que vivemos, a cooperação para o desenvolvimento e a partilha ganha uma nova força e uma nova dinâmica – ex.: com a crise financeira de 2010 duplicaram em três meses os meios financeiros disponíveis.

Vimos que a questão da cooperação na área da economia solidária não é ainda a desejável. As boas práticas de cooperação nem sempre são uma realidade generalizada nas intervenções de desenvolvimento local, e por isso, defendemos a necessidade de insistir na ação conjugada, nas vantagens decisivas de agrupar, unir e coordenar esforços na conceção, programação e execução conjuntas.



## OFICINA Cooperação Internacional e Desenvolvimento dos Territórios



Intervenção da Associação A Raia/La Raya

Finalmente, a Oficina *Cooperação Internacional e o Desenvolvimento dos Territórios* deixa seis sugestões para melhorar as práticas e os resultados da cooperação. Nesta linha há necessidade de:

1. Reforçar a cultura de participação, de mobilização e de cidadania. Para além do trabalho das organizações há sobretudo que reforçar a cidadania e a mobilização das populações – só com a COOPERAÇÃO entre PESSOAS e os seus territórios é possível encontrar formas de potenciar o nosso comum desenvolvimento humano e material. Somos cidadãos. Tem de ser a nossa participação e envolvimento a decidir;
2. Criar uma entidade pública nacional suficientemente abrangente em termos de políticas para congregar diversas entidades e políticas de desenvolvimento a nível nacional (ex.: secretaria de estado para a economia social ou secre-

taria de estado da cidadania e dos territórios), que constitua um interlocutor privilegiado para as entidades que trabalham na cooperação e no desenvolvimento dos territórios.

Aumentar o financiamento mas sobretudo o reconhecimento dos projetos de cooperação – dotar a política de cooperação de maior coerência estratégica e de um sistema de financiamento adequado;

3. Trabalhar os aspetos da educação para o desenvolvimento e para a cidadania global, ao nível educativo e ao nível societário;
4. Ter em conta que as pessoas são o principal motor do desenvolvimento e da cooperação, por isso todas as ações devem ser centradas nas pessoas;
5. Necessidade de repensar algumas práticas de atuação das nossas organizações, tornando-as mais participadas, com maior trabalho em rede, em parceria e em cooperação.

Recordar que a maioria das ADL nasceu da cooperação entre instituições, autarquias e cidadãos empenhados em cooperar para bem da sua região e do seu território. Com esta identidade temos obrigação de dedicar especial atenção a esta dimensão, consubstanciada em iniciativas e ações concretas, contribuindo para o reforço de uma “cultura” de cooperação para o desenvolvimento, assente nas pessoas.

## Conclusões

**Célia Lavado,**  
*Animar*

As apresentações realizadas no quadro da oficina *Demografia e Migrações*, procuraram a partir de diferentes experiências de análise, diagnóstico e procura de novas soluções, ilustrar tendências recentes relacionadas com a demografia e migrações para territórios rurais (em especial de baixa densidade), algumas delas enquadradas em movimentos europeus como os que existem associados ao Rendimento Básico Incondicional apresentado pelo António Pedro Soares, outras de cariz mais local como é o caso dos Novos Povoadores apresentados por Frederico Lucas, ou do estudo sobre os jovens agricultores instalados em Lafões apresentado por Pedro Soares e Vítor Barros.

As apresentações tiveram em comum uma aposta no rural, com a certeza de que o rural de hoje não pode ser visto como um retorno ao passado, pelo que é preciso encontrar novas

soluções e compreender a sua evolução, para que se possa agir e resolver as disparidades de bem estar, de valor económico e demográfico que continuam a separar os territórios rurais e urbanos, que consecutivamente se teimam em impor a todas as medidas de política tomadas para as contrariar.

Como referido por Vítor Barros no final da sessão, o país terá de adotar a muito curto prazo, como grande desígnio nacional, o desenvolvimento do interior, tendo este espaço Forum do Interior (marca da Animar), um papel privilegiado de reflexão e de consequente proposta política que possa contribuir para este fim.

Passando a uma síntese dos temas particularmente tratados em cada uma das apresentações começamos pela apresentação subordinada ao tema: **Dinâmicas de transição e desenvolvimento do interior, apre-**

---

Participantes:

**Dinâmicas de Transição e Desenvolvimento do Interior** - Frederico Lucas, Novos Povoadores

**O perfil dos novos agricultores a a Transição Rural** - Pedro Soares e Vítor Barros, INIAV

**Bater de Frente - Rendimento Básico Incondicional** - António Pedro Soares, ISCTE

Animadora:

Marcos Olímpio, Universidade de Évora

Relator:

Célia Lavado, Animar

---



**sentada por Frederico Lucas que representa a marca registada Novos Povoadores e a Associação Portuguesa de *Marketing Rural e Agronegócio*.**

Os Novos Povoadores são simultaneamente uma empresa e associação, na medida em que se trata de um projeto que envolveu um investimento de capital elevado, e porque tem subjacente um projeto social. O objetivo desta iniciativa é a revitalização do território rural português através do repovoamento com empreendedores e empreendedoras capazes de patrocinar o desenvolvimento económico destes territórios com a instalação de empresas exportadoras.

Esta é uma iniciativa que faz tanto ou mais sentido quando em Portugal 42% da população vive em 5% do território; apenas 3,5% da população vive em cidades médias (ex.: Coimbra, Braga) e quando, segundo previsões da ONU para 2040, 70%

da população mundial viverá em cidades.

O objetivo do processo Novos Povoadores é a revitalização do território rural português através do repovoamento com empreendedores, capazes de patrocinar o desenvolvimento económico destes territórios com a instalação de empresas exportadoras, conforme já referido.

O projeto destina-se a:

- Empreendedores/as com mercado e competências em indústrias transformadoras;
- Profissionais que dispensam uma localização numa área metropolitana para desenvolverem a sua atividade;
- Colaboradores/as de organizações nacionais ou globais, que permitam o desenvolvimento das atividades profissionais à distância.

No fundo, destina-se a pessoas empreendedoras com projetos mobilizadores e geradores de emprego.

Os tipos de apoio que prestam passam por: Montagem de negócio (avaliação, mentoria ao negócio); Visitas ao destino; Teste de conceito de negócio e Migração.

Em 6 anos conseguiram alcançar bons resultados com um total 1686 iniciativas, 715 projetos empresariais recebidos, 412 famílias atendidas, 248 famílias aprovadas, 130

famílias foram aconselhadas a migrar, 125 foram transferidas com sucesso com 127 empresas instaladas e 174 novos postos de trabalho criados. Na globalidade avaliaram 378 candidaturas familiares.

As parcerias foram consideradas determinantes para se ter conseguido alcançar estes resultados. Neste momento têm intervenção em 6 concelhos (Seia; Mondim de Basto; Figueira de Castelo Rodrigo; Alijó; Carrazeda de Ansiães; Alfândega da Fé).

Num contexto global adverso é preciso atitude – chegar um problema e encontrar um solução, inovação – agarrar ideias e transformá-las em inovação, *networking* – lembrando o que nos une, mesmo num país pequeno e por isso com um mercado pequeno.

Definiram como requisitos para os/as empreendedores/as para instalar o negócio: competência, experiência, mercado, capital (só quem preen-

che pelo menos três destes requisitos poderá ser apoiado).

Um dos grandes problemas identificados por Frederico Lucas é o relativo ao valor acrescentado que atribuímos ao produto, isto é, temos castanha, vendemos castanha; os franceses têm castanha e vendem *marron glacé*, comprando a 3 euros/kg e vendendo por 80 euros/kg.

Só com estratégias desta natureza, poderemos criar valor em territórios de baixa densidade.

Foram identificadas estratégias de valorização e de inovação em espaço rural acrescentando valor aos recursos, tendo sido dado como exemplos:

- Aposta na imagem, publicidade, embalagem – Casa da Prisca;
- Valorização dos recursos naturais – *birdwatching* (há clientes com poder económico dispostos a pagar

para ver um determinado tipo de ave);

- A passagem de modelos realizada em Figueira de Castelo Rodrigo, que integrou jovens modelos locais formadas por uma pessoa de Lisboa, e que promoveu os têxteis locais;
- No caso do burel, reconheceu-se que é muito áspero (em Portugal) para peças de vestuário, pelo que se desenvolveu novas aplicações como mochilas, capas, tapetes, papel de parede, etc.

Quando sistematicamente se fala do meio rural, fala-se de um rural que já não existe. O campo não tem de ser um regresso ao passado. O campo tem futuro, como as cidades têm futuro. Há pessoas que estão disponíveis para pagar, não produtos por si, mas experiências. Nem sempre aproveitamos estes clientes.

As cidades do futuro pretendem ser verdes, sustentáveis, inteligentes e *low cost*. “Isto já existe” – chama-se campo.

A segunda apresentação teve como tema **O perfil dos Novos Agricultores e a Transição Rural** e foi da responsabilidade de Pedro Soares, investigador e professor do IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e Vítor Barros, investigador do INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (aposentado).

Esta equipa realizou um trabalho de investigação relativa a jovens agricultores/as no âmbito do projeto Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural, financiado pelo PRRN - Programa da Rede Rural Nacional, resultado de uma parceria Animar/ISA/INIAV/Rota do Guadiana.

Em consonância com o que foi apresentado por Frederico Lucas o trabalho de investigação que desenvolveram contesta aquilo que é uma má interpretação do que se passa no rural, e que supostamente passaria por um regresso à terra.

O que os autores consideram é que o rural está em mutação (há um processo de transição rural que se prende com um rural que deixou de ter uma hegemonia



agrícola e passou a ter uma multifuncionalidade, com vantagem, pelo menos de quem olha do exterior para os territórios rurais). Os territórios passaram a ser um espaço de consumo, usufruto, lazer, e não apenas um espaço para quem lá vive, e centrado na produção económica agrícola.

Fruto das alterações económicas do país e globais, a agricultura deixou de ser a principal fonte de receita dos territórios rurais, havendo uma alteração profunda na relação dessas pequenas economias rurais com os sistemas urbanos (em expansão) e que, têm como consequência uma alteração das próprias características das comunidades que vivem nos territórios rurais.

A transformação dos territórios rurais, se for vista como mero regresso à terra, esconderá os processos de transformação dos processos rurais, perdendo-se capacidade de intervir na resolução dos problemas que existem nos territórios rurais (despovoamento, mobilidade, ...). Para podermos intervir nos territórios de baixa densidade é preciso fazer esse diagnóstico, não utilizando imagens desadequadas do passado para o ilustrar.

O trabalho de investigação realizado procurou perceber o que esteve na causa do movimento de jovens agricultores que, impulsionados pelos apoios financeiros do PRODER, surgiram com novas explorações e inovações nos territórios rurais. Assim, quando genericamente se verificava um despovoamento dos



territórios rurais, aparece um conjunto de jovens a instalarem-se no interior, procurando novos mercados e novas culturas ao arripio da tendência global.

Para uma referência de escala, verificou-se na dimensão nacional um apoio do PRODER a 6000 iniciativas de instalação de jovens, sendo que de acordo com o último recenseamento agrícola nacional, o número de explorações de agricultores/as com menos de 75 anos era exactamente de 6000. O número de jovens agricultores que se estava a instalar, era assim equivalente ao número de agricultores já instalados com menos de 75 anos.

O território do estudo foi a região de Lafões, tendo procurado definir um perfil para estes e estas jovens agricultores/as e as suas principais motivações. O perfil identificado é solteiro/a, menos 35 anos, elevada percentagem de desempregados ou que tinham outra atividade principal, média de habilitações superior (cursos médios e superiores), viviam em áreas urbanas perto das explorações onde faziam o investimento, que apesar de serem no interior, lo-

calizavam-se junto das principais vias de mobilidade, utilizando novas técnicas e procurando novos mercados.

As motivações mais relevantes apuradas contextualizam-se num período de crise (2009-2011), com dificuldade de acesso ao crédito, desemprego; tendo boa parte do financiamento do PRODER servido para apoiar explorações pré-existentes. Verificou-se assim a passagem de exploração de pais para filhos, que com o financiamento viabilizaram as explorações que já existiam. Noutros casos, verificava-se a existência de um nível de desemprego elevado, aparecendo esta atividade como uma alternativa às das zonas urbanas. Houve assim a possibilidade de se manterem e usufruir dos recursos do meio rural, mantendo uma interdependência do meio rural com o meio urbano bem acesa nestes novos agricultores. Para muitos, as explorações representaram também um porto de refúgio no caso de se verificarem problemas no seu emprego principal.

No final, os autores ficaram preocupados com o futuro destas explora-

ções, quando avaliaram que sendo estas 6000 iniciativas importantes para a agricultura, não havia garantia da sua continuidade. Eram para isso necessárias medidas mais concretas de apoio à continuidade destas explorações, que não se verificaram no PRODER nem no PDR, porque os apoios se centram sobretudo na criação e não no apoio à continuidade.

Este processo de transição rural que se verifica, abre contudo potencialidades no sentido de procurar que esta transição seja benéfica para os territórios rurais, a partir de uma maior capacidade de interação entre os territórios rurais e urbanos, incentivando um processo natural de ligação rural/urbano em que seja possível voltar às origens rurais.

Passou-se de seguida à comunicação **Bater de frente – rendimento básico incondicional** apresentada por António Pedro Dores, professor do ISCTE.

O Rendimento Básico Incondicional foi testado apenas em pequenos territórios com resultados consistentes e animadores. A sua implementação a nível nacional, como irá fazer a Finlândia no ano 2016, poderá revelar-se uma iniciativa capaz de reverter a fixação de população nos territórios urbanos, permitindo novos investimentos nos territórios rurais, agora em processos de trocas mais equilibradas entre metrópoles, cidades e as aldeias.

As medidas convencionais escolhidas até hoje no combate à fixação das populações nos territórios rurais, têm tido um impacto irrelevante (tem-se verificado consecutivamente e de forma expressiva a migração das pessoas dos campos para as cidades). Só uma mudança radical de perspetiva permitirá pensar de novo com esperança de ver cumpridos os objetivos sistematicamente falhados, até agora, de repovoamento do interior.

Tem-se verificado um discurso muito centrado no económico, alegadamente amoral, e uma clara dificuldade em incluir nesse discurso critérios morais consensuais, como a igualdade de oportunidades. O Rendimento Básico Incondicional, assumido como um direito, mediante atribuição de um montante por exemplo de 500 euros/mês/pessoa, daria a possibilidade às pessoas de fazerem uma vida que não gire em torno da necessidade de encontrar um emprego. A diferença é grande, porque se uma pessoa é a única que

trabalha e auferir um baixo rendimento e o seu rendimento serve sete pessoas do seu agregado que não trabalham, esta família será necessariamente pobre, comparada com uma família em que todos trabalham. Se tivessem o rendimento básico incondicional, a transformação da condição económica e social destas famílias seria enorme.

Criaríamos uma situação que do ponto de vista prático seria muito diferente. Contudo, antes da economia mudar, a cabeça das pessoas tem de mudar.

O grupo de animadores da ideia do RBI em Lisboa procurou, em colaboração com a Cooperativa Terra Chã, testar o Rendimento Básico Incondicional. A cooperativa recebeu três jovens migrantes de Lisboa que resolveram, de moto próprio, instalar-se na aldeia. Outros jovens, seus amigos, também gostavam, mas não tinham capacidade para o fazer. O grupo do Rendimento Básico Incondicional pensou como solução angariar fundos para conseguir



experimental o modelo durante 2/3 anos com estes jovens.

Esta perspetiva não se desencadeou porque os jovens continuavam na perspetiva de obter um emprego e não na perspetiva de uma mudança do seu caminho. E o RBI ainda não é tão mobilizador que seja capaz de angariar fundos para esse efeito.

As circunstâncias atuais, de profunda transformação no mundo, exigem encarar as coisas para imaginar um futuro diferente. O Rendimento Básico Incondicional transmite uma imagem de bondosas intenções, mas não é só uma utopia.

O tipo de solidariedade que devemos estabelecer é mais importante do que as crises financeiras a que estamos sujeitos. Foi prova disso a recente questão dos refugiados. O escoamento de biliões de euros para a banca abalou, mas não abateu, a unificação europeia. Como na invasão dos bárbaros em Roma, poucos milhares de migrantes, na boca de primeiros-ministros, colocaram em causa a unidade europeia.

Bater de frente, expressão mencionada como título na comunicação, está a ser utilizada pelo grupo do Rendimento Básico Incondicional, na perspetiva de promoção de encontros com outros grupos de reflexão e partilha de ideias e formas de pensar sobre como agir por um futuro diferente.



# Salvar as Cidades

**Frederico Lucas**

Coordenador do Programa Novos Povoadores

*As “cidades do futuro” pretendem ser verdes, sustentáveis, inteligentes e low cost. Isto já existe. Chama-se “Campo”.*

A deteriorização acelerada da qualidade de vida nas cidades, consequência da excessiva concentração demográfica, retira a estes centros a possibilidade de se afirmarem como polos de atração sustentáveis.

Em Portugal, 164 concelhos estão classificados como baixa densidade pela Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, onde existem as melhores respostas a nível dos serviços sociais.

Neste contexto, é importante que os concelhos de baixa densidade permitam a instalação de indústrias transformadoras dos seus produtos agrícolas e florestais, reduzindo a pressão logística e demográfica sobre as periferias metropolitanas, onde estão atualmente instaladas.

Por outro lado, sendo a instalação dos polos universitários a melhor estratégia para a dinamização de novas centralidades – veja-se o caso de Aveiro, Braga, Coimbra, Covilhã, Faro ou Vila Real – o interior deve posicio-

nar-se para acolher estes centros, com vista a explorar as sinergias que daí advém, como os centros de inovação nas áreas de especialidade científica. Atingido o patamar da disseminação do conhecimento pelo território português, será a etapa da geração de valor: empresas competentes e competitivas, capazes de exportar para os mercados mais exigentes.

Precisamos de empresas geradoras de alto valor e de baixo consumo nos territórios rurais.

O reequilíbrio do território português é fundamental para a melhoria da competitividade do nosso país.

Precisamos de produzir melhor. Com mais eficiência.

O combate ao desperdício deveria ser uma batalha sem tréguas.

Recursos humanos sub aproveitados, equipamentos sociais ao abandono e consumos enegéticos insustentáveis para a mobilidade e logística, não são a imagem de um país com futuro.

# Fazer retroceder avançando



## António Pedro Dores,

*Sociólogo, activista pelos direitos humanos e pelo RBI, associado da Animar*

O terceiro sector tem sido negligenciado face à economia estatal e à economia privada. Praticamente não tem financiamento. Ou o pouco financiamento que tem é de molde a tornar o terceiro sector semelhante ao sector estatal ou ao sector privado, onde a solidariedade é uma referência distante. Tantas vezes meramente hipócrita. O Rendimento Básico Incondicional ([rendimentobasico.pt](http://rendimentobasico.pt)) é, para além de outras potencialidades, uma forma de financiar o terceiro sector através de autofinanciamento de pessoas livres de escolher a solidariedade como mote das suas vidas.

O que precisamos é fazer retroceder os complexos mecanismos socioe-

conómicos que levaram à secundarização dos afectos e, em particular, da solidariedade na vida quotidiana e profissional, em nome de uma racionalização frequentemente bem pouco racional. O que não quer dizer que o desejemos ou possamos fazer reanimando um passado que já nem existe.

Nesta perspectiva fazemos uma breve incursão pelo território, dividido actualmente entre interior abandonado e litoral superpovoado, contra os desejos declarados dos políticos e para desconforto das populações, no interior e no litoral.

### URBANIZAR O INTERIOR, CUIDAR DO PATRIMÓNIO

Desde os anos 80, quando chega a altura de apresentar as suas políticas de planeamento do território, os governos sempre anunciam a modernização do interior. Mas a realidade nunca lhes deu razão. Até que o governo de Passos Coelho e Portas assumiu o desinteresse pelo assunto. “Os jovens que emigrem!”. O próprio Estado debanda do interior. Deitou a toalha ao chão, como se costuma dizer.

O modelo de crescimento da economia centrada na dominação das grandes empresas supranacionais sobre os Estados, em torno de grandes metrópoles, de onde se olha o mundo e as pessoas como recursos escassos, porque sempre imperfeitos (pessoas e territórios tomados como depósitos do lixo e dos traumas externalizados pela irresponsa-

bilidade moral reinante), leva-nos os filhos e os netos, por necessidade, para cada vez mais longe. A globalização faz de Lisboa ou Porto centros metropolitanos de terceira linha, sobretudo vivos por treinarem parte de um exército proletário de reserva, altamente qualificado, culturalmente subserviente, capaz de manter sociedades em falência técnica nas metrópoles mais poderosas e concentracionárias do mundo. A sociedade de mérito, centrada nos certificados escolares, para a qual as famílias não regateiam esforços (somos o país da Europa cujas famílias mais pagam para pôr os seus filhos a estudar), faliu em Portugal. Ser excelente enfermeiro ou médico ou engenheiro ou arquitecto ou sociólogo de pouco serve como seguro de vida. Resta, para os crentes nas sociedades meritocráticas (na verdade ficções que mobilizam), ir viver para as metrópoles onde os certificados são válidos e tenham necessidade de profissionais agradecidos e motivados pelo isolamento social e cultural que a emigração significa.

É claro, porque a experiência no-lo mostrou, como os fluxos migratórios do campo para as cidades, e destas para as metrópoles, e destas para as maiores entre elas, são fluxos persistentes e de longo prazo. Não faz sentido contrariar na sua dimensão modernizadora – mais liberdade de escolha, mais cosmopolitismo, mais

oportunidades de concurso, mais oportunidade de aprendizagem e experiências existenciais. Os desconfortos emocionais e das desestabilizações identitárias próprias dos emigrantes, estrangeiros para sempre nos países de acolhimento e nos países de origem, podem ser custos pequenos se os benefícios forem maiores.

Ninguém se livra, porém, dos conflitos culturais intergeracionais sobre o retorno ao passado dos mais velhos, desejado por uns e por outros. Por estarem velhos e se lembrarem dos bons momentos da juventude. Por serem jovens e quererem conhecer as suas raízes. Cabe-nos a todos, enquanto portugueses, cultivar motivos de orgulho nacional a partir dos respectivos territórios de origem. Em vez de os abandonar para cenários de festas e fogos de Verão. Não faz sentido defender a aldeia de

onde (quase) todos ainda há poucos anos saímos, nem os seus controlos sociais tradicionais, actualmente absurdos e intoleráveis. Não faz sentido instituir a política de substituição de populações autóctones por populações migrantes oriundas de África ou da Ásia. Nem parece sensato vender o território para a exploração de empresas produtoras de bens transacionáveis, como se tornou moda dizer. Porque o exemplo de África, a esse respeito, é desencorajador: exploração e desertificação populacional e territorial. Porque queríamos passar a ter empresas dependentes de circuitos comerciais globais que nos roubam as sementes e as culturas, para as nos revenderem tratadas fora do nosso controlo, empobrecendo-nos (como a política da Troika mostrou como é) e explorando-nos a partir da posição de clientes exclusivos?



## RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL – UM DIREITO

Começemos pelo fim. Pela ansiedade que sempre causa o dinheiro. Se chega ao fim do mês. Se estará disponível perante uma necessidade urgente, nossa ou de um familiar. O mistério: de onde virá o dinheiro? Quem, qual Deus, tem a capacidade de trazer valor às nossas vidas?

A ideia, exposta pela primeira vez no século XVIII por Thomas Pain, inspira muitas propostas que são alvo de debate político na perspectiva da adoção da medida. Neste momento em curso no Canadá, na Suíça e na Finlândia. Em geral, o Rendimento Básico Incondicional (RBI) (não confundir com rendimentos de inserção condicionados a circunstâncias de carência comprovada, pretexto para o controlo social) é a tradução prática de direitos que existem como letra morta na constituição.

O RBI não é desenhado para resolver a pobreza. Nem como uma política de fomento económico. É concebido como um direito. Direito à dignidade de cada um tomar as suas decisões sobre a sua própria vida. A concretização do RBI é fácil – depende apenas da vontade política – e as consequências só podem ser positivas: liberdade de escolha de estilo de vida e de mobilidade geográfica, capacidade de opção de investimento no sector solidário para aqueles que já nele trabalham e mais os muitos outros que poderiam passar a vê-lo como uma alternativa real à função miserável de servir nas fileiras de exército proletário de reserva.

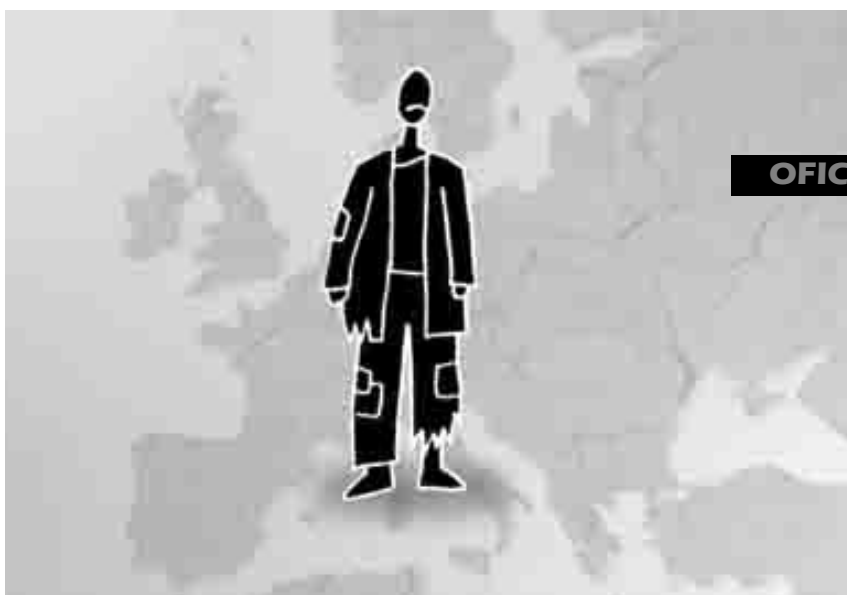
Se essa política não foi aplicada até hoje não é por falta de recursos. É porque a liberdade limitada é condição da persistência das economias estatais e privadas, tal como as conhecemos hoje. As primeiras destas distinguem-se pela segurança nas carreiras e as segundas pela recom-

pensa dos desempenhos ao serviço dos interesses do capital. Nenhuma delas vêm com bons olhos a concorrência de economias solidárias, que na prática são marginalizadas e ostracizadas.

O neoliberalismo tem desenvolvido um ataque profundo e efectivo ao sector estatal. A insegurança, não apenas criminal mas económica e existencial campeiam como a peste negra. Por isso o RBI reemergiu agora como escape para as políticas de concentração económica e populacional levadas hipocritamente à prática pelos alegados defensores da liberdade só para alguns. De facto, convencidos de serem senhores do mundo por mérito próprio.

Todos os cidadãos têm direito a condições de existência dignas. Porém, não é preciso ser cientista para saber que esse direito não é respeitado. Nem sequer considerado. Com a riqueza existente é impossível organizar o RBI? Interpretado como um direito irrevogável, contribuirá





de forma decisiva para um funcionamento humano das sociedades humanas.

Terá, imediatamente, o efeito de pôr cobro à miséria, sem poder ser responsabilizado por um combate à pobreza que terá de ser mais demorado e profundo. Animará a economia, na medida em que aumentará o consumo de bens essenciais, para cobrir as necessidades básicas dos que até agora não tem condições para o fazer. A prazo, as crianças deixam de ser educadas como se fossem meros instrumentos das políticas de empregabilidade. A aprendizagem ao longo da vida poderia ser pensada como serviço público para todos. Já não para servir de convento para os professores, que desconhecem como se processa a vida fora das escolas, mas para servir as comunidades locais com a troca de saberes entre pessoas vividas e capazes de reflexão autónoma, para benefício geral. Nem só as universidades seriam centros de desenvolvimento: todas escolas deveriam sê-lo, em

âmbitos etários e territoriais distintos e articulados entre si.

Actualmente não é possível compatibilizar políticas consumistas e o respeito das populações, das pessoas e dos ambientes. Mas será possível, querendo, lutando por isso, organizar a produção e o consumo em função das necessidades e desejos se todos e cada um tiverem direito ao auto reconhecimento e à liberdade de expressão. A austeridade será bem-vinda se nos libertar do indesejável da vida moderna, como o empobrecimento dos miseráveis e o abandono de si mesmo aos *diktats* dos imperadores. Saibamos oferecer-nos essa dignidade.

#### FINANÇAS

Um estudo para Portugal, para 2012<sup>1</sup>, concluiu que se se distribuir metade dos rendimentos do IRS por todos os cidadãos, corresponderia um RBI individual de 334 euros.

1) <http://rendimentobasico.pt/index.php/comol>

Quer dizer: seria como se toda a gente descontasse metade dos seus rendimentos, para um tesouro que depois seria distribuído igualmente por todos. Quem não tivesse rendimentos ficaria com o RBI inteiro. Quem ganhasse 500 euros por mês, descontaria 250 euros e receberia 334 euros de RBI: ficaria com 584 euros. Quem ganhasse 1000 euros, descontaria 500 euros e ficaria com 834 euros no fim do mês. E assim sucessivamente. Comparando com os impostos actuais, os maiores rendimentos perderiam 7%, com este processo. A generalidade das pessoas, com mais baixos rendimentos, ganharia.

Tal processo custaria 9 mil milhões de euros ao orçamento de Estado. Dos quais 70% seriam pagos directamente pelas medidas que se tornariam redundantes, como o rendimento social de inserção e os custos de manutenção do sistema assistencialista. Os outros 30% teriam de ser custos a assumir politicamente, seja com previsões de benefícios fiscais pela luta contra a corrupção ou a animação da economia que o RBI facilitaria. Já que todas as pessoas passariam a ter interesse directo no crescimento dos rendimentos gerais.

Há muitas outras formas de financiar em complemento. O imposto sobre as propriedades, o IVA, a

taxa Tobin, etc. O cálculo orçamental poderá ainda incluir as estimativas de benefícios em termos de redução de despesas com acidentes, crimes, e outros problemas sociais, que se podem esperar no imediato aquando da aplicação de uma medida do género. Mas o RBI, se for promovido com o objectivo de promover a dignidade, não deve tocar na Segurança Social, tesouro dos trabalhadores assalariados alvo de ataques nas últimas décadas. O RBI pode ser um arranjo financeiro neutralizável no seu impacto orçamental. Mas pode ser também, ao mesmo tempo, a base para uma transformação das sociedades modernas. Moldada pela dignidade, e pela liberdade individual e de iniciativa para todos.

#### MIGRAÇÃO EM SENTIDO REVERSO

A vida actual nas aldeias é urbana e rural ao mesmo tempo. Os novos meios de transporte e comunicações assim o permitem e impõem. As velhas comunidades aldeãs dei-

xaram de existir. Viver nas aldeias pode mesmo ser mais agradável e saudável que nas cidades. Mas as aldeias sofrem da falta de esperança e de respeito promovidas pelo abandono.

O recuo do Estado abre espaço às iniciativas locais. Para as quais é preciso ambição e apoios. A partir das metrópoles. A partir de sociedades civis autónomas e economias solidárias sustentáveis. Para o que o direito RBI contribuiria indirectamente, caso as pessoas, individualmente, fossem livres para organizar a sua vida.

O RBI não é pensado para resolver o problema do abandono da interioridade. Mas até poderá resolvê-lo. Imagine-se que, para combater a crise, Portugal tinha adoptado o RBI, ao mesmo tempo que as políticas recessivas. Seria ou não possível e provável que alguns dos jovens que emigraram o poderiam fazer mas para a terra de seus pais, para animar a vida das aldeias, e as suas próprias vidas, com a valorização das memórias e dos afectos que não

irão encontrar no estrangeiro? Com o valor do RBI, mais algum rendimento criado localmente, mesmo que precário e irregular, a vida no interior poderia facilmente rejuvenescer e animar. Até as empresas de serviços de internet e de comunicações poderiam passar a estar interessadas em servir em condições as zonas actualmente desertificadas. O Estado lembrar-se-ia do interior porque a isso importaria o reconhecimento da dignidade de quem lá vive.

Quem ficaria nas zonas degradadas das cidades havendo a possibilidade de viver melhor fora das cidades? Porque razão é preciso viver nas metrópoles para ter acesso a oportunidades para melhorar a vida?



# Relato da Apresentação da Iniciativa Portugal Inovação Social e Programas de Financiamento



**Ana Paula Dias,**  
AJD

A apresentação da iniciativa foi feita pela Dra. Alexandra Neves (ativadora para o ecossistema na região centro), em auditório para todos/as os/as participantes inscritos/as no Fórum.

A apresentação começou por chamar a atenção para que tipo de projetos podem servir de inspiração para as candidaturas no território, atendendo a que a temática da inovação social é pioneira no que toca a apoios de fundos comunitários, sendo Portugal o primeiro país a apoiar iniciativas de empreendedorismo e inovação

social, focadas numa missão social importante e que tenha sido negligenciada (p. ex.: abandono escolar), que possa ser replicada e que promovam sustentabilidade económica (que o projeto continue sem o apoio do programa).

Podem ser consultados no sítio [www.mies.pt](http://www.mies.pt) exemplos de projetos de inovação social que já estão a decorrer.

Fomos informados/as que o programa de Inovação Social será desenvolvido com o apoio de estruturas regionais: norte, centro e sul; existindo ainda uma estrutura central em Lisboa (entidade gestora).

De seguida, foi referido que a pessoa inovadora é a primeira seguidora e não a que lidera. Os projetos de inovação social surgem porque existe um problema social que perturba a pessoa empreendedora, que tem paixão e tem de ter conhecimento para levar a cabo o projeto que resolve o problema. A pessoa inovadora tem algumas características pessoais como a resiliência, criatividade, optimismo.

Foi referido que já se encontram identificados os principais problemas sociais do nosso país, tais como, desemprego, isolamento social dos idosos, êxodo de jovens.

Também estão identificadas as principais necessidades/fragilidades dos projetos inovadores que passam pela sustentabilidade, desenvolvimento financeiro, capacitação organizacional.

Assim, o foco do programa Inovação Social será o apoio a projetos que se encontrem já em fase de modelo de negócio e de crescimento (aquilo que se chama de 2ª e 3ª fase de implementação de um projeto), pois é nestas fases que muitas vezes os projetos terminam por falta de condições de continuidade. Ou seja, o programa visa apoiar iniciativas de elevado potencial de impacto mas que apresentam fragilidades de sustentabilidade ou capacitação.

O programa tem 3 tipologias de projetos que se distinguem essencialmente pelo montante e tipo de financiamento – as condições poderão ser consultadas no site do programa.

Destaca-se na 1ª tipologia:

- a) a candidatura é feita em 3 fases – diagnóstico de necessidades feito por uma entidade externa; elaboração do plano de capacitação; manifestação de interesse do investidor social (lógica de financiamento filantrópico ou de investimento para futuro);
- b) o financiamento é a 100% para projetos até 50.000,00 euros até 18 meses.

Na 2ª tipologia: o financiamento é de 50% – o investidor vincula-se diretamente ao financiamento do projeto num plano de desenvolvimento até 3 anos.

Na 3ª tipologia: falamos em títulos de impacto social – mecanismo de financiamento de inovação na esfera de competências de políticas públicas; o investidor financia a 100%, reembolsável se o impacto se verificar – o risco é do investidor – a avaliação do impacto é feita por avaliadores externos.

Há, assim, um novo paradigma de interação entre privado, público e social.

A avaliação dos projetos é sempre feita em função dos resultados e os reembolsos dependem da verificação dos resultados.

Depois da apresentação, foram colocadas algumas questões pelo público que levaram aos seguintes esclarecimentos:

- a fase de manifestação de interesse que já decorreu não é vinculativa,



## APRESENTAÇÃO Portugal Inovação Social



Apresentação da Iniciativa Portugal Inovação Social

- tendo sido apenas uma manifestação de treino/enquadramento para as novas candidaturas que vão surgir;
- o MIES é uma forma de dar visibilidade, divulgar iniciativas de inovação social;
- o investidor pode ser público ou privado; vão decorrer reuniões técnicas (ainda não estão marcadas) para investidores que não sabem a quem e onde investir, mas quem indica o investidor é a entidade que se candidata;
- não se sabe ainda quando vão abrir as candidaturas, mas existirão vários avisos de abertura até ao fim do quadro comunitário de apoio;
- o diagnóstico de necessidades é feito por entidade externa à entidade que se candidata: em princípio, se duas entidades tiverem número de contribuinte diferente são entidades distintas, se tiverem entre si uma relação de partilha de poder (participam nos órgãos sociais) já não serão entidades distintas; embora o nível de relacionamento ainda não esteja regulamentado;
- os projetos da tipologia 1, dados os valores de financiamento em causa, não deverão estar sujeitos às regras da contratação pública, menos a fase do diagnóstico de necessidades; os projetos da tipologia 2 e 3, em princípio, deverão estar sujeitos às regras da contratação pública, uma vez que os reembolsos serão feitos com base em custos reais;
- o programa de Inovação Social é um projeto piloto a decorrer em Portugal, pelo que estará em permanente processo de avaliação para ir de encontro às necessidades encontradas no terreno, estando sujeito ainda a avaliações formais intermédias e avaliação final; assim, haverá ajustes pontuais ao programa na medida das necessidades sentidas, pois não há histórico para servir de referência;
- as regras do POISE aplicam-se ao programa de Inovação Social, embora haja alguma autonomia para a entidade gestora do programa definir algumas indicações técnicas de modo a adaptar o programa às situações reais.

Registou-se como última mensagem: “precisamos de pequenos milagres todos os dias”.



**Sílvia Ferreira,**  
FEUC/CES

## Comentário

Esta sessão permitiu-nos perceber as diferenças entre o conceito de economia social e economia solidária, nomeadamente com a palestra do Prof. Pedro Hespanha, reportando a génese e a identidade da economia social ao século XIX, nomeadamente na sua expressão nas formas organizacionais das cooperativas, mutualidades e associações. Já a economia solidária, conceito mais recente, estando articulada com o campo da economia social, traz uma ênfase maior nos conceitos de gestão democrática e participação. Com a apresentação de um vídeo de uma iniciativa importante do campo da economia social e solidária, a Cresaçor, uma rede de organizações e iniciativas, foi possível a solidificação deste conceito de economia social e solidária através dos exemplos das iniciativas da Cresaçor, remetendo para uma incontornável dimensão económica das suas atividades orien-

tadas para o garante da existência e bem-estar de pessoas e comunidades. A presença do presidente da Direção da Animar, Eduardo Figueira, permitiu ainda sublinhar a relevância da relação entre a economia social e solidária e os atores do poder local, regional e nacional para o desenvolvimento da ESS em todas as suas potencialidades. Identifica-se, de seguida, algumas questões suscitadas pela reflexão dos participantes.

Em primeiro lugar, há que reconhecer que **a dinâmica em torno da economia solidária é neste momento global**. Ainda que até há pouco tempo ela tenha tido maior pujança nos países da América Latina, o momento de crise que atravessam as sociedades europeias terá contribuído para a vitalidade das ideias e das iniciativas que atualmente encontramos por toda

---

Participantes:

Pedro Hespanha, CES - Universidade de Coimbra  
Célia Pereira, CRESAÇOR

Animadora:

Eduardo Figueira, Animar

Relator:

Sílvia Ferreira, CES - Universidade de Coimbra

---

a Europa. É de assinalar este dinamismo no Sul da Europa – região mais afetada pelas crises económica, social e política –, como é o caso da Espanha, onde se encontra já fortemente estruturada, nomeadamente através da rede REAS, ou da Grécia onde tem sido resultado de uma reação solidária da sociedade aos impactos sociais da crise e tem contribuído para a mitigação destes impactos, sendo de destacar a rede *Solidarity for All*. Talvez Portugal esteja um pouco atrasado em relação a este movimento, nomeadamente ao nível da sua estruturação, ainda que recentemente tenha ocorrido a criação de uma Rede Portuguesa para a Economia Solidária.

Neste sentido, a questão que se coloca a partir da discussão apresentada pelo Prof. Pedro Hespanha é até que ponto é possível distinguir e defender que existe uma evolução, de uma economia solidária que nasce e se afirma como modo de

mitigação dos impactos da crise, numa perspetiva mais reativa, para uma economia solidária que, ainda que esteja igualmente orientada para uma resposta à crise, incorpora já um questionamento sistémico sobre as origens dessa mesma crise e se preocupa, por isso, em desenvolver respostas alternativas – diríamos mesmo no sentido de inovação social com carácter de transformação sistémica, como refere o *Open Book of Social Innovation*.

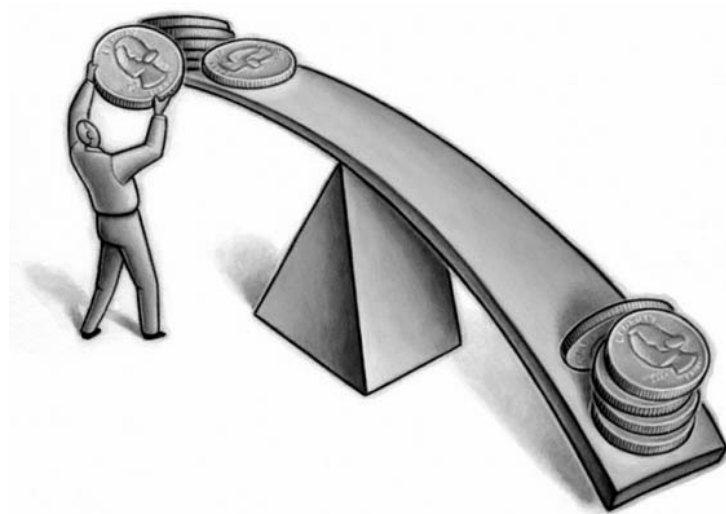
Em suma, é o próprio contexto onde emergem as diferentes formas e expressões de economia solidária que molda a natureza política das suas propostas, enquanto expressão dos problemas sociais nas sociedades de onde emergem. O carácter global e multidimensional da crise (ou melhor, crises) atual fornece uma maior consciência dos problemas sistémicos que estão na sua origem, suscitando uma resposta da sociedade que é igualmente de

carácter sistémico. A economia solidária pode ser, assim, vista como uma evolução da economia social, também ela expressão e reação a problemas sociais na sua génese (por exemplo, na revolução industrial) e evolução.

Um *segundo tema* a diz respeito à **relação entre o social e o económico** que se evidencia nas iniciativas quer da economia social quer da economia solidária e se reinterpreta, como Pedro Hespanha mostrou, através de conceitos do económico que incluem não só as relações de troca mercantil, mas também a redistribuição e a reciprocidade.

Na realidade, o próprio conceito de economia social, nas suas origens no século XIX, é o resultado da separação entre o económico e o social, quando, para que fosse possível criar a chamada ciência económica, que presume uma ontologia constituída por indivíduos autónomos e egoístas procurando maximizar a utilidade no mercado, foi necessário expurgar tudo o que no campo da economia dissesse respeito a essas relações menos “puras” que articulam o económico, o social e o político.

Desde que foram separados, as fronteiras entre o económico mercantil e o social não são estáveis, sendo constantemente sujeitas a negociações e disputas. Se durante o Estado-Providência foi possível encontrar uma relativa estabilidade com fronteiras e papéis claramente atribuídos ao Estado, ao mercado e à sociedade,



atualmente, no contexto de uma pós-modernidade ou de uma modernidade tardia, essas fronteiras são disputadas e reconfiguradas, o que se exprime exemplarmente no campo da economia social e solidária.

As iniciativas de reinterpretção do económico que subjazem à economia social e à economia solidária implicam uma tentativa de dar sentido e prioridade ao social sobre o económico, colocando o económico ao serviço do social. É visível o significado dessa economia vinculada ao social, na organização de trabalhadores para recuperar e gerir as empresas falidas, nas cooperativas de crédito e associações fiduciárias, nas formas de moeda local e de circuitos económicos locais, nas iniciativas que ultrapassam a separação entre consumidores e produtores, nas iniciativas que procuram reequilibrar a relação entre o ser humano e a natureza, etc, etc.

Mas também há o oposto, uma penetração mais profunda do económico mercantil e financeiro no campo social – algo que Polanyi já identificava sob o conceito de socialização mercantil, e que Schumpeter assinalava como suscetível de destruir as próprias bases do capi-



talismo – e se aprofunda com as mudanças por que passa o Estado-Providência enquanto forma de Estado responsável pelo bem-estar no âmbito do seu território, frequentemente em parceria com as organizações da economia social. A este nível também são vários os exemplos: a expansão das atividades lucrativas nos serviços sociais, o crescente predomínio do cálculo mercantil e financeiro do impacto das atividades não mercantis das organizações da economia social, a perda de legitimidade e de expectativas relativamente ao papel social do Estado e às políticas sociais e, não de somenos importância, políticas que procuram reconfigurar a economia social para uma sustentabilidade exclusivamente mercantil

ou mesmo para atividades geradoras de lucros para investidores.

O terceiro tema diz respeito à **relação entre o Estado e a economia social e solidária**, patente nas questões levantadas pelos participantes e pelo exemplo da Cresaçor no que se refere ao envolvimento das entidades de poder regional e local enquanto mecanismo de potenciação da ESS e, portanto, do desenvolvimento dos territórios.

Esta relação tem sido apontada como tensa na história da economia social, na qual alguns autores identificam o desenvolvimento de uma crescente proximidade e semelhança entre algumas OES e o Estado (e entre outras OES e as empresas lucrativas). O chamado isomorfismo ins-

## PAINEL A Importância da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento dos Territórios



titucional, como foi cunhado por DiMaggio e Powell.

Em Portugal há que ter em conta características estruturais da sociedade portuguesa, como baixos níveis de capital social (confiança social e confiança política dos cidadãos) e o autoritarismo estatal, para a compreensão da difícil relação que existe entre a economia social e solidária e o Estado. É conhecido que, no contexto de uma sociedade civil fraca, o Estado tende a permitir pouca autonomia e reconhecimento à independência da economia social enquanto esta, em contrapartida, tende a olhar com desconfiança qualquer atuação do Estado, mesmo que seja no contexto do seu papel enquanto garante dos direitos dos cidadãos – contribuindo assim para o enfraque-

em França – e a ESS são fundamentais para o desenvolvimento do papel que estas organizações e iniciativas desempenham na prossecução do bem comum. O espaço do território é, em primeiro lugar, um espaço demarcado pela atuação do poder público com vista a garantir o bem-estar das populações que nele habitam e trabalham. Isto é o que está a acontecer com cidades e territórios que estão a fazer o melhor uso da nova Diretiva Sobre Contratação Pública da Comissão Europeia no que se refere ao uso de cláusulas sociais que beneficiam as parcerias com as pequenas e médias empresas e as organizações da economia social em prol do desenvolvimento social dos territórios (ver, por exemplo, *Public Procurement for Social*

cimento deste papel do Estado.

Como mostra o exemplo da Cresaçor e nos demonstram outros países, como Brasil ou França, uma boa relação entre o Estado – nomeadamente local e regional

*Progress – A Social Platform guide to the EU Public Procurement Directive*).

Para finalizar, gostaria de referir que os últimos anos têm sido de avanço no que diz respeito à economia social e solidária em Portugal, mas que ainda há mais caminho a percorrer. A Lei de Bases da Economia Social e a própria criação da CASES conseguiram o que até aqui não se tinha conseguido na sociedade portuguesa: uma identidade comum entre as várias famílias da economia social. Porém, num momento em que proliferam iniciativas de economia solidária, a par com a economia social, não se logrou a inclusão do pilar da economia solidária na Lei de Bases – ao contrário do que se passou, por exemplo, na Lei de Bases Francesa. Este não reconhecimento mostra que o caminho para a afirmação do pilar da Economia Solidária e o seu potencial para a reinvenção do significado da Economia Social – num eventual contexto de isomorfismo institucional com o Estado e com o mercado – está ainda por percorrer e necessita de ser feito com um crescente reconhecimento da sua existência e do seu papel, a partir da própria sociedade.

# A importância da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento dos Territórios



**Pedro Hespanha,**  
*Sociólogo, investigador  
 dos Centro de Estudos  
 Sociais e coordenador do  
 Grupo de Estudos  
 ECOSOL CES*

Economia Solidária é uma designação recente e ainda pouco usada em Portugal. Numa aceção muito genérica ela engloba uma diversidade de atividades económicas, formas de produzir, trocar e consumir, baseadas em relações de cooperação e em princípios de gestão democrática, distinguindo-se assim da economia de mercado que predomina largamente nas sociedades contemporâneas, baseada em relações de competição e em princípios de valorização do capital.

A solidariedade que dá corpo a estas iniciativas é uma solidariedade entre iguais, entre pessoas e grupos que partilham os mesmos problemas e

aspirações e não se confunde, portanto, com a solidariedade, de base religiosa ou laica, fundada nos valores da caridade, do altruísmo ou da filantropia. A ética empresarial, a responsabilidade social das empresas, o empreendedorismo social e o voluntariado social são as expressões mais comuns deste outro tipo de solidariedade, assimétrica e paternalista. Coexistindo muitas vezes e tendo ambas um papel relevante a desempenhar, a sua génese, filosofia e trajetória são bem distintas e em certa medida concorrentes.

Tomo de Roque Amaro uma definição simples de Desenvolvimento Local (DL). Este seria um “processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2003). Sublinho os atributos da “melhoria das condições de vida” (e não apenas o crescimento económico), “do uso das capacidades locais” (ou seja os recursos endógenos) e de “perspetiva inte-

## PAINEL A Importância da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento dos Territórios



grada de problemas e respostas” (e não ações avulsas ou setoriais alheias a qualquer preocupação com a interdependência dos problemas e respostas).

De acordo com estes atributos, o DL dá-se pela “diversidade de iniciativas de base local” com que “atores locais tentam encontrar respostas para os problemas económicos e sociais resultantes da desestruturação das economias locais (falência e encerramento de empresas, crises de emprego, não escoamento de produtos, pobreza e exclusão), através da utilização dos seus próprios recursos e capacidades enraizados nos “valores, identidades e saberes” locais e “conjugando as várias componentes dos problemas” sentidos (a saber, emprego, rendimento, saúde, qualidade ambiental, educação, cultura, etc.). É neste quadro dos processos de de-

envolvimento a partir da mobilização das capacidades locais que se encaixa o papel social e político da economia solidária (ES). Esta tem uma ligação estreita com as reivindicações dos movimentos sociais e pode-se constituir ela própria como um movimento social. Acresce que a ES se desenvolve ao arripio da economia capitalista de mercado, tentando manter formas de gestão coletiva que reconhecem e valorizam os laços de solidariedade e de partilha e os aproveitam para produzir bem estar.

À diversidade de formas de que se reveste a economia solidária associam-se formas diferentes de promover o desenvolvimento local e de actuar nas suas várias dimensões. Colocaria à cabeça das iniciativas da ES, as que promovem o desenvolvimento, na sua vertente mais

económica, aquelas que geram rendimento e emprego em situações em que a economia de mercado é incapaz de o fazer: autogestão de empresas falidas, as cooperativas de trabalho, os empreendimentos geridos por desempregados ou trabalhadores precários, os coletivos de mulheres beneficiárias de microcrédito, as cooperativas de crédito, as associações fiduciárias e as cooperativas de consumo.

Outras iniciativas adotam uma abordagem integrada dos problemas e das respostas, procurando aproximar atores que ganham em cooperar: produtores e consumidores dos mesmos produtos (mercados solidários, intermediação solidária – Agricabaz - hortas solidárias); produtores que isoladamente têm dificuldade em escoar os seus produtos (redes colaborativas solidárias; cooperati-



vas de artesãos, de catadores de lixo, as lojas de comércio justo; as redes solidárias e os clubes de trocas).

Outro grupo de iniciativas permite aumentar o bem-estar e melhorar as condições de vida: serviços sociais de proximidade, creches coletivas, can-tinas populares, *ateliers* terapêuticos, clínicas populares; sistemas de partilha de transporte particular. Em períodos de crise como o que atualmente vivemos, a iniciativa solidária pode ser desencadeada pelo encerramento de serviços públicos ou pela redução do seu pessoal determinada por objetivos de contenção da despesa pública.

Por fim, iniciativas de valorização dos recursos locais, mobilizadoras de redes de solidariedade em comunidades territoriais de pequena dimensão: entreaajuda na produção (nas tarefas agrícolas), gestão coletiva de equipamento (fornos, eiras, moí-nhos, levadas) e de espaços devolutos (edifícios, terrenos, construções), mútuas de gado, auto-construção da habitação, fruição de terrenos baldios; mas também empreendi-

mentos que gerem uma procura externa de bens e serviços de origem (feiras gastronómicas, oficinas artesanais, espaços museológicos, lojas de produtos locais, festas e cerimoniais das aldeias, associados ou não ao turismo rural).

Muitos são os aspectos positivos das iniciativas e empreendimentos de ES para objectivos de desenvolvimento local: partilha de uma identidade local, proximidade dos problemas, conhecimento do meio, cooperação voluntária, economia de recursos, partilha de linguagem e padrões culturais.

Para se converterem em verdadeiros instrumentos de desenvolvimento local e poderem combater os riscos de marginalização que ameaçam uma boa parte da população, essas iniciativas têm de obter reconhecimento e legitimidade e mostrar capacidade de mobilização participante dos diferentes grupos da população e de dinamizar “redes de interação participativa” (Laville e Gaiger, 2009). O facto de a crise financeira e económica estar a lançar as pessoas no deses-

pero (desemprego, perda de poder de compra, pela redução/contenção dos salários e subida dos preços, cortes na proteção social pública, redução de direitos), veio gerar um contexto favorável ao reconhecimento das outras economias e do papel positivo da economia solidária na resistência à crise.

É certo que a crise não toca todos do mesmo modo. Se, para uns, ela constitui um motivo de desespero, para outros ela traz mais oportunidades pelo barateamento dos fatores de produção e dos bens patrimoniais. A grande maioria sofre com a crise: as camadas inferiores da estrutura social, que nunca chegaram a ter uma plena integração no sistema social, continuam a resistir como sempre fizeram apoiados numa economia de reciprocidade, pobre mas eficiente, – a economia popular – que lhes permitiu evitar a miséria. A classe média, que conquistara reconhecimento e direitos através da mobilização sindical e dos partidos de esquerda que levaram à emergência e expansão do Estado-Providên-

## PAINEL A Importância da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento dos Territórios

cia, sofrem agora duramente com a regressão das políticas sociais e das economias de redistribuição.

Para Jordi Garcia Jané a mobilização social por um modelo alternativo passa por um conjunto largo de alianças, não só entre estas camadas mais atingidas pela crise mas também com outras forças sociais que, apesar de fortemente apegadas ao modelo económico dominante, são claramente fracções marginais destinadas a serem descartadas e constituirão por certo as próximas vítimas: como os pequenos e médios empresários e o capital territorializado em regiões de baixa densidade; ou então, que denotam uma consciência aguda da imoralidade do sistema capitalista, e promovem uma responsabilização social das empresas (Jané, 2010).

A condição plural da economia solidária, ou seja o facto de ela combinar práticas recíprocitárias, com práticas redistributivas e mercantis, num projeto de democratização da economia, como bem evidencia Laville (Cattani *et al.*, 2009:148), favorece esta convergência de forças e permite resistir à mercantilização progressiva da vida social, apresentada como inevitável pela ideologia neoliberal, num processo amplo de transformação social, de democratização da economia e de reformulação do conceito de espaço público.

### BIBLIOGRAFIA

- Amaro, R.R. (2003) “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”. *Caderno de Estudos Africanos*, nº 3.
- Cattani, A.; Laville, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (orgs.) (2009) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina.
- Jané, J.G. (2010) “La economía solidaria: sustento y esperanza”. *Revista de Economía Solidária*, 10.
- Laville, J.-L.; Gaiger, L.I. (2009), “Economia solidária”, in A. Cattani *et al.* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina, pp. 162-168.



# Reflexão Fértil sobre práticas e estratégias de Cooperação para a Promoção das Economias Locais dos Territórios de Baixa Densidade

**Eduardo Figueira,**  
*Presidente da Direcção da Animar*

Não obstante as dificuldades que enfrentam, as comunidades locais dos territórios de baixa densidade mostraram mais uma vez a sua vitalidade e resiliência. Este III Fórum do Interior constituiu uma prova disso mesmo ao mostrar e reflectir sobre diferentes práticas e estratégias de Cooperação que as comunidades locais desenvolvem nos seus territórios para promover as suas economias. Tanto a conferência inaugural como as práticas apresentadas e analisadas nas oficinas apontaram caminhos possíveis para revitalizar e tornar sustentáveis os territórios de densidade baixa e respectivas comunidades. O III Fórum do Interior atingiu assim um dos seus principais propósitos, isto é, pensar e reflectir sobre práticas e estratégias de cooperação para a promoção da sustentabilidade e viabilidade das economias dos territórios de baixa densidade.

Para o efeito juntámos académicos, decisores políticos, técnicos de entidades públicas e de Associações de Desenvolvimento Local. Das reflexões efectuadas podem alinhar-se as seguintes conclusões:

- Necessidade de uma Política/Estratégia de Desenvolvimento Regional e Local através da formulação e implementação de uma Lei de Bases de Desenvolvimento Regional e Local que sirva de enquadramento para a territorialização a nível local das políticas públicas dos diversos domínios de actividade (educação, saúde, economia, cultura, transportes e acessibilidades, juventude, envelhecimento e outras);
- Os territórios de baixa densidade apresentam potencialidades endógenas para, no âmbito da globalização e com o recurso à inovação, servir de base para a promoção do seu próprio desenvolvimento para



o que deverão tomar em consideração que estão em processo de transição rural;

- O Desenvolvimento das economias locais de baixa densidade passa pela promoção de fluxos emigratórios através da criação de condições e incentivos para a atracção e fixação de jovens que possam garantir a revitalização dos territórios e respectivas populações que, através da inovação social com base nos recursos endógenos, podem produzir e acrescentar valor a esses territórios;
- A Economia Social e Solidária é essencial para a promoção do Desenvolvimento Local, em particular dos territórios de baixa densidade localizados no interior de Portugal, já que a sua acção promove e cria Valor nos territórios locais. De facto, as Associações de

Desenvolvimento Local promovem as economias locais através da concepção e implementação de estratégias locais de Desenvolvimento e as outras organizações de economia social (cooperativas, associações recreativas e culturais, misericórdias e instituições de solidariedade social) contribuem de forma significativa para o desenvolvimento dos territórios onde actuam através da produção de bens e da prestação de serviços de natureza social tão necessários para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais;

- A necessidade de actuar com a maior urgência para parar a sangria populacional dos territórios do interior e promover a atracção e fixação de população nestes territórios que deve tomar em consideração que está em curso uma

transição para um novo rural e não o regresso à terra;

- A necessidade de que os regulamentos dos programas da Estratégia Portugal 2020 tomem em consideração o papel significativo que a Economia Social e Solidária tem para as economias e territórios dos locais de baixa densidade e o reconhecimento de que a Economia Social não se resume a acções de solidariedade;
- A relevância da cooperação internacional, em geral, e da cooperação transfronteiriça, em particular, para a promoção do Desenvolvimento dos territórios locais ressaltando-se a importância da cooperação assentar nas pessoas residentes nos locais empenhadas na resolução dos problemas e com a perspectiva de partilhar práticas e conhecimentos;



- A indispensabilidade de participação de todos os actores sociais locais na definição e implementação das estratégias de desenvolvimento dos seus territórios e comunidades.

Em resumo, a promoção do Desenvolvimento e a consequente Melhoria da Qualidade de Vida e do Bem-estar das comunidades e territórios de baixa densidade é possível desde que se tome em consideração não só os recursos locais como também se promovam políticas e estratégias nacionais que possam apoiar e fertilizar as iniciativas locais. A grande maioria dos territórios de baixa densidade possuem potencia-

lidades diferenciadoras (identidades locais) que podem e devem ser utilizados para a concepção e implementação do seu próprio desenvolvimento. Para este efeito, reafirmo a necessidade de, no âmbito da Estratégia Portugal 2020, incluir medidas e instrumentos de política que promovam a cooperação entre os diversos actores sociais locais, em geral, e das organizações da Economia Social e Solidária, em particular. Não é demais reafirmar a relevância do papel único das organizações da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento das economias locais não só pela produção de bens e serviços como ainda pela natureza solidária que possui, condição essen-

cial para o Desenvolvimento da Sociedade Humana.

A finalizar gostaria de reafirmar o agradecimento da Animar à Câmara Municipal de Penacova, na pessoa do seu Presidente, por ter acolhido a **III Edição do Fórum do Interior** e ao Grupo de Miro, na pessoa do seu Presidente, que conosco e com a Câmara Municipal promoveu e ajudou a organizar esta Edição do Fórum do Interior e, para além disso, mostrou como os produtos locais são extraordinários

e podem ser utilizados na promoção do Desenvolvimento Local.

Agradeço também a todos os oradores, animadores e relatores que deram importante contributo para a reflexão sobre a Cooperação e Desenvolvimento Local que, aqui em Penacova, ontem e hoje, foi feita.

Agradeço ainda o valioso contributo aportado pelos participantes ao III Fórum do Interior e aos Técnicos da Animar pela sua competência e esforço na organização do evento.

*Penacova,  
aos 7 dias de Novembro de 2015*

# ANEXO

---



# III FORUM DO INTERIOR 6 - 7 NOVEMBRO

## COOPERAÇÃO & DESENVOLVIMENTO LOCAL PROGRAMA

### 1º Dia (sexta-feira, 6 novembro)

#### 11:00H - Sessão de abertura

Humberto Oliveira, *Presidente da Câmara Municipal de Penacova*  
Eduardo Figueira, *Presidente da Direção da Animar*  
Joaquim Felício, *Representante da CCDR Centro*  
Manuel Nogueira, *Presidente do Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro*

#### 12:30H - Pausa para almoço

#### 14:30H - Conferência Inaugural "Condições para o Desenvolvimento das Regiões do Interior"

Artur da Rosa Pires, *Professor Catedrático na Universidade de Aveiro*

#### Debate

Moderador: Eduardo Figueira, *Animar*

#### 15:45H - Pausa

#### 16:00 às 18:00H - Oficinas

#### Sala 1 Sustentabilidade e Desenvolvimento nos Territórios do Interior

**Microninho - Incubadora Social** - Liliana Simões, *ADSCCL*

**Há Festa no Campo** - Marco Domingues, *EcoGerminar*

**Tandela +10** - Miguel Torres, *ACERT*

**O contributo das Políticas Públicas para o Desenvolvimento nos Territórios do Interior** - João Ataíde, *Presidente da CIM da Região de Coimbra*

Animador: Rui da Eufrázia, *Presidente do GAF - Grupo Aprender em Festa*

Relator: Olga Fernandes, *Animar*

#### Sala 2 Sectores estratégicos da economia na vida das populações do interior

**Artesanato: um recurso para a economia local** - Fernando Gaspar, *CEARTE*

**Rede Colaborativa do Mondego** - José João Rodrigues, *Casa do Sal*

**O contributo da Economia Social para a criação de emprego local** - Manuel Nogueira, *GSSDCR de Miro*

**Estratégias Concertadas de Intervenção nos Territórios do Interior** - Alexandre Ferraz, *Raia Histórica*

**O contributo das Políticas Públicas para a Economia nos Territórios do Interior** - Representante do Conselho Intermunicipal da CIM Dão Lafões\*

Animadora: Regina Lopes, *Federação Minha Terra*

Relator: Luís Moreno, *Centro de Estudos Geográficos/IGOT - Universidade de Lisboa*

#### 18:00H - Apresentação das conclusões dos trabalhos

Olga Fernandes, *Animar*

Luís Moreno, *CEG - Centro de Estudos Geográficos/IGOT - Universidade de Lisboa*

#### 20:30H - Jantar

#### 21:30H - Sessão cultural - Grupo Coral Divo Canto, Penacova

### 2º Dia (sábado, 7 novembro)

#### 9:30 às 11:00H - Oficinas

#### Sala 1 Cooperação Internacional e o Desenvolvimento dos Territórios

**A importância da Cooperação Transfronteiriça Regional** - Oscar Alcón Granado, *Associação La Raya/A Raia*

**A Coesão Territorial entre Territórios de Montanha** - Jorge Brito, *Rede de Aldeias de Montanha\**

**Políticas de Cooperação e Desenvolvimento: Desafios e Oportunidades** - Pedro Cruz, *Plataforma ONGD*

**O contributo das Políticas Públicas para a Cooperação Internacional nos Territórios do Interior** - Representante do Conselho Intermunicipal da CIM Dão Lafões\*

Animador: David Machado, *Rota do Guadiana*

Relator: Luís Rocha, *CEARTE*

#### Sala 2 Demografia e Migrações

**Dinâmicas de Transição e Desenvolvimento do Interior** - Frederico Lucas, *Novos Povoadores*

**O Perfil dos Novos Agricultores e a Transição Rural** - Pedro Soares e Vítor Barros, *INIAV*

**Bater de frente - rendimento básico incondicional** - António Pedro Dares, *ISCTE*

**Demografia e Migrações - Políticas e Migrações**, Jorge Malheiros, *IGOT - Universidade de Lisboa\**

**O contributo das Políticas Públicas para a Demografia e Migrações** - João Ataíde, *Presidente da CIM da Região de Coimbra\**

Animador: Jorge Brandão, *CCDR Centro\**

Relatora: Célia Lavado, *Animar*

#### 11:00H - Pausa

#### 11:15H - Apresentação da iniciativa Portugal Inovação Social e Programas de Financiamento

Alexandra Neves, *Ativador para o Ecosistema na Região Centro*

Moderadora: Maria do Carmo Bica, *Cooperativa Três Serras*

Relatora: Ana Paula Dias, *AJD*

#### 13:00H - Pausa para almoço

#### 14:30H - A Importância da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento dos Territórios

Pedro Hespanha, *Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*

Célia Pereira, *CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária*

Animador: Eduardo Figueira, *Presidente da Direção da Animar*

Relatora: Sílvia Ferreira, *CES*

#### 15:30H - Pausa

#### 15:45H - Apresentação das Conclusões

Luís Rocha, *CEARTE*

Célia Lavado, *Animar*

Ana Paula Dias, *AJD*

Sílvia Ferreira, *CES*

#### 16:00H - Sessão de Encerramento

João Ataíde, *Presidente da CIM de Coimbra\**

Humberto Oliveira, *Presidente da Câmara Municipal de Penacova*

Eduardo Figueira, *Presidente da Direção da Animar*

\* a confirmar

# III FORUM DO INTERIOR

ENTIDADE PROMOTORA



ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS E APOIOS











